ATA 17

Audiência Pública de Aprovação do Diagnóstico - Etapa 02 - Revisão do Plano Diretor

DATA: 15/01/2019 LOCAL: AUDITÓRIO UNIVERSIDADE FEDERAL FRONTEIRA SUL - UFFS

As dezoito horas e trinta minutos do dia quinze do mês de janeiro de dois mil e dezenove, no Auditório da Faculdade de Medicina da Universidade Federal Fronteira Sul - UFFS de Passo Fundo, iniciou-se a Audiência Pública de Aprovação do Diagnóstico - Etapa 02 de Revisão do Plano Diretor. Presentes 165 (cento e sessenta e cinco) pessoas, conforme lista de presença, que faz parte integrante da presente ata, sendo que alguns representantes do Movimento Nacional da Luta pela Moradia se negaram a assinar a lista de presença. O protocolo iniciou com as boas vindas aos presentes pela Secretária de Planejamento, Sra. Ana Paula Wickert, que informou que o material foi disponibilizado no site da prefeitura no dia 07/12/2018 e enviado o link de acesso aos membros do Núcleo Gestor e Delegados eleitos. A convocação foi feita através do Edital número 75/2018, publicado no dia 22/12/2018. Após foi feita a apresentação da equipe que está trabalhando na Revisão do Plano Diretor. Na sequencia a secretária fez a leitura do Regimento Interno da Audiência para conhecimento de todos. Ao final o Sr. Júlio César Gonçalves do Movimento Nacional da Luta pela Moradia em Passo Fundo, pediu palavra de ordem, o qual foi informado pela secretária da importância do respeito ao rito da audiência, que a palavra estaria aberta após a apresentação do produto e aprovação das colaborações. A secretária passou a palavra ao Núcleo Técnico para a apresentação do Diagnóstico. Após iniciada a apresentação, os representantes do Movimento Nacional de Luta pela Moradia entenderam que não iriam acompanhar os trabalhos e se retiraram com gritos de protesto. Durante cerca de 10 (dez) minutos, os trabalhos ficaram suspensos e após os manifestantes terem se retirado prosseguiu-se a apresentação. A primeira parte foi apresentada pela Arquiteta Chris. Inicialmente foi apresentado o fluxograma para mostrar a etapa atual da revisão. Na etapa de Diagnóstico está prevista uma leitura técnica e uma leitura comunitária. As etapas dos diagnóstico são divididas em sumário e três capítulos: Capítulo 01 - conhecendo o território, Capítulo 02 - Leitura técnica, avaliação temática integrada e Capítulo 03 - Leitura comunitária, além do caderno de mapas. Os Eixos Temáticos são: Desenvolvimento econômico e inovação; Meio ambiente e ocupação do território; Mobilidade sustentável; Espaços públicos e equipamentos sociais; Gestão, participação e controle social. Após foi apresentado O Capítulo 01. Foi feito um breve histórico do território e a sua importância. Os primeiros moradores em 1827 e a construção do ramal ferroviário no entorno da estação férrea (1898). A Localização: ao norte do Rio Grande do Sul, a 287 km de distância de Porto Alegre. Área: 783,421 Km², Densidade demográfica: 235,92 hab./Km². População: A Zona Urbana ocupa 11,02% da área municipal (86,31 Km²) e concentra 97,14% da população; A área do antigo 1° distrito, se encontra fora da jurisdição territorial, sendo assim, entra no computo da população urbana, possuindo 816 habitantes. A localização estratégica, os fatores que influenciaram no crescimento populacional: Êxodo rural; Ciclo emancipatório inverte na década de 1960; Urbano X Rural. Foi mostrado também a modificação da pirâmide por faixa etária de 2000 a 2010, onde é visível a diminuição da faixa etária infantil. Crianças até 9 anos: Idosos com mais de 65 anos: Redução de 5.368 Aumento de 4.383. Em 2000 haviam 23 idosos a cada 100 crianças; Em 2010 haviam 37 idosos a cada 100 crianças. A taxa de crescimento populacional vem diminuindo ao longo deste período. Foi mostrado a diferença de crescimento em cenários diferentes e qual cenário foi adotado. A estimativa populacional para Passo Fundo em 2018 é de 201.767. No Capítulo 02 foram mostrados, pelo arquiteto Paulo Severo, os ciclos de desenvolvimento de Passo Fundo. Primeiro ciclo erva mate, segundo ciclo gado e erva mate, terceiro ciclo madeira e quarto ciclo modernização da agricultura (1940) com introdução do trigo nos anos 1950 e soja nos anos 1960. Foi falado sobre a análise regional da polaridade de Passo Fundo - 1953 (população X renda) entre Passo Fundo, Erechim e Lagoa Vermelha. As Regiões de Articulação Urbana de Passo Fundo-2018. A cidade de Passo Fundo é classificada como uma Capital Regional B, caracterizando-se pela capacidade de polarizar uma grande quantidade de municípios no atendimento a bens e serviços de alta complexidade, concentrar atividades de gestão e articular, na escala regional, órgãos públicos e empresas privadas. O processo de crescimento industrial - Década de 1960. A industrialização desenvolveu-se mais intensivamente a partir da década de 1960, tendo como principal ramo o da

mecânica, seguindo-se a indústria de produtos alimentares e bebidas. Foi comentado sobre os Geradores do Crescimento Industrial - Modernização da Lavoura, resultando na implantação e/ou ampliação de indústrias mecânicas, face as solicitações do mercado; Criação de Aves e Gado, ocasionando o surgimento de novos estabelecimentos industriais e reforçando os já existentes e Ampliação do Nível de Renda Aumentando as condições de absorver a produção de indústrias instaladas localmente, especialmente móveis, material para construção e indústria alimentar. Evolução do Complexo Educacional e de Saúde - Conjunto de instituições educacionais e de pesquisa de qualidade e de expressiva diversidade em termos de cursos, níveis de ensino (técnico, graduação e pós graduação, etc.) Conjunto de instituições na área da saúde consideradas de excelência e de expressiva diversidade em termos de especialidades médicas e serviços de alta complexidade. Construção Civil - A partir da década de 1980 Construção Civil se intensificou na cidade, atendendo Passo Fundo e região, se tornando um segmento significativo na economia do município até os dias atuais, pois, o setor imobiliário ainda apresenta dinamismo, verificado através da produção edilícia de prédios e de loteamentos e condomínios urbanísticos. Foram mostrados os principais setores de atividades de Passo Fundo: agropecuária regional, comércio varejista e atacadista, complexo da saúde e os setores de educação e pesquisa e desenvolvimento experimental, transporte e logística, construção civil indústria alimentícia, complexo metal-mecânico, biodiesel. Ciência, Tecnologia e Inovação. Os ativos tecnológicos assumem relevância como patrimônio da cidade, constituindo uma das bases do avanço e da produtividade do seu processo de geração de riquezas. Esses ativos podem representar um dos grandes fatores de atração de investimentos para Passo Fundo e região, por meio de iniciativas que potencializem os seus usos de forma integrada as necessidades da estrutura produtiva. Foi mostrado o mata com a localização dos ativos tecnológicos. Após foi apresentado pelo arquiteto Renato Peixoto, o tema relativo ao Meio Ambiente. Foi mostrado uma mapa com Relevo e Declividade. O município tem altitude média de 687 metros; Formas onduladas sob forma de colinas suaves; Classes de declividade de 13% e 23%. Um mapa com as Matas Significativas Patrimônio Ambiental. Ás áreas verdes em sua maioria estão localizadas nas bordas do tecido urbano e/ou próximas ao perímetro urbano. O município está inserido no Bioma Mata Atlântica , com áreas de extrema importância: Parque Municipal Arlindo Hass; Parque Ambiental Banhado da Vergueiro; Unidades de Conservação Reserva Particular do Patrimônio Nacional (RPPN) Maragato; Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal Instituto Menino Deus; Parque Natural Municipal do Pinheiro Torto; Reserva Particular do Patrimônio Natural junto ao Condomínio La Barra. Foi mostrado os pontos de Captação de Água. O município dispõe de 3 pontos de captação de água com a finalidade de abastecimento, a Barragem do Arroio Miranda, Barragem da Fazenda da Brigada e Barragem da Perimetral. E em épocas de estiagens utiliza-se de dois pontos alternativos, Rio Jacuí e o Poço da Pedreira e os Recursos Hídricos Passo Fundo se localiza no divisor de águas de duas bacias hidrográficas, sendo elas: Rio Jacuí e Rio Uruguai. Pontos de Alagamento da bacia do Jacuí. Ponto 01 - Vila Luiza; Ponto 02 - Bairro São Bento; Ponto 03 - Vila Carmem; Ponto 04 - Vila Bom Jesus; Pontos de Alagamento da Bacia do Uruguai; Ponto 01- Bairro José Alexandre Zachia; Ponto 02- Bairro Cidade Nova/Victor Isler; Ponto 03- Bairro São José/Leonardo Ilha; Ponto 04- Bairro Entre Rios/Vila Isabel/Loteamento Manoel Corralo; Ponto 05- Bairro Vila Ricci/São Cristovão 2/ Loteamento Cézar Santos; Ponto 06- Loteamento Via Sul. Águas e Esgotos - O município conta com três estações de tratamento de água e esgoto, com a capacidade de 850 litros por segundo. Foi mostrado os percentuais de serviços de esgoto no município; 44,70% sem coleta e sem tratamento; 18% soluções individuais; 2,6% com coleta e sem tratamento e 34,8% com coleta e tratamento. As temperaturas médias variam em função da sazonalidade, Passo Fundo registra média compensada anual é 18 °C, com máximas em torno de 28 °C em janeiro e 18 °C em julho e mínimas de 18 °C em janeiro e 8 °C em julho. O município registra um total de precipitações, em média, de 1.664mm/ano. A variação sazonal indica claramente que o período mais chuvoso corresponde aos meses de outubro e os menos chuvosos nos meses de novembro, julho, agosto e março. Foi dito que Passo Fundo possui um Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para os anos de 2016/2026, sendo um instrumento de gestão a curto, médio e longo prazo, no qual o Poder Público assume a responsabilidade de implantar políticas públicas para o manejo dos resíduos sólidos. Após foi apresentado pela Arquiteta Sibele, o item Ocupação do Território:

Evolução dos Marcos Urbanísticos no Município de Passo Fundo/RS. Foi falado da diferença entre Plano Diretor e Código de Obras. Foi mostrado o histórico de todos os Planos Diretores do município - Sítio Natural: ocupação espontânea; em 1950: Ocupação espacial proposta pelo IPDDU (1953); situação em 1979: modelo espacial proposto pelo II PDDU (1984). No intervalo entre o Plano Diretor de 1984 e o Plano Diretor de 2006 foi criada a Secretaria de Planejamento. Em 2006 modelo espacial proposto pelo PDDI. A revisão do Plano Diretor é pensar a cidade através de um processo participativo e cíclico. O território é diverso e interdisciplinar e deverá levar em consideração diferentes olhares. Foi mostrado por que o Plano Diretor é importante? Define as formas de ocupação do território e estabelece o que deve ser feito para a melhoria da qualidade de vida da população. Orienta o crescimento do município e define onde e como a população, o comércio, a indústria e os equipamentos públicos podem se localizar. Cria e regulamenta instrumentos jurídicos que permitirão iniciar ou dar continuidade a processos de melhoria da cidade. O Plano Diretor Vigente, criou o macrozoneamento e trata do território urbano e rural. A Macrozona Urbana é a área urbanizada do município e considera a manutenção do perímetro urbano; multicentralidade; aproveitamento infraestrutura existente; obrigatoriedade de recuos; enfoque ambiental; ZEIS. Foi mostrado o mapa do Zoneamento Urbano que é composto por: I - Áreas de Preservação Ambiental; II - Áreas de Produção Urbana; III - Áreas Residenciais; IV - Áreas Adensáveis; V - Áreas de Usos Especiais; VI - Áreas de Recreação e Turismo. Mostrado o mapa com as áreas de Preservação Ambiental, Produção Urbana, Áreas de Uso Especial, Áreas residenciais, Áreas adensáveis, Áreas de Recreação e Turismo. Foi dito que a característica de cada local, zonas que compõe a macrozona urbana e padrões de ocupação e densificação interfere na qualidade do ambiente urbano. Foram mostrados os parâmetros urbanísticos: características de cada local zonas que compõe a macrozona urbana padrões de ocupação e densificação interfere na qualidade do ambiente urbano: Taxa de Ocupação (TO); Coeficiente de Aproveitamento (CA); Taxa de Permeabilidade (TP); Cota Ideal por Dormitório (CID); Lote Mínimo (LM); Recuos; Reservatórios de contenção de água entre outros. Foi comentado sobre coeficiente de aproveitamento básico (CAB), conforme definido para os zoneamentos na legislação do Plano; isenções, conforme previsto no artigo 79; transferência do potencial construtivo (TPC), acréscimo de até 25%, conforme legislação vigente. Foi mostrada a importância na Dinâmica da Cidade, de possuir espaços atrativos para os fluxos de pessoas/veículos/mercadorias, que o uso misto minimiza deslocamentos e facilita o acesso a comércio e serviços no bairro/vizinhança. Foi explicado como funciona o uso do solo – segundo a legislação: i – conformes: possível implantar em uma determinada zona; ii – permissíveis: passíveis implantar e dependem de parecer favorável SEPLAN e cmdi; iii – desconformes: não pode ser implantado. As atividades são: residenciais; comerciais e de serviços; industriais; especiais e primárias. Os padrões de uso presentes no território urbano do município considerando a interpretação das predominâncias, são agrupados em: observação do território e avaliação de seus atributos; composição da paisagem e da mancha urbana e características semelhantes. Foi apresentado o mapa com a evolução da ocupação das áreas de urbanização e ocupação prioritárias. Após foi feita pelo Arquiteto Renato Peixoto, a apresentação do item Habitação e Ocupações. Para o estudo foram verificados o deficit habitacional; a inadequação habitacional; a demanda demográfica e os assentamentos precários. Foram explicados dos conceitos de domicílio; domicílio particular; domicílio particular permanente; ocupados; não ocupados; fechados; uso ocasional e vagos. O deficit habitacional é composto por famílias que ocupam domicílios com os seguintes atributos: Rústicos; Improvisados; Coabitação Familiar; Cômodo cedido ou alugado. Os componentes do deficit habitacional são: Domicílios precários; Famílias conviventes; Ônus excessivo com aluguel (urbano); Adensamento (alugados). As moradias classificadas como inadequadas são aquelas unidades habitacionais com os tipos de carências definidos a partir dos seguintes critérios: Adensamento; Banheiro Exclusivo; Infraestrutura (sem acesso a Energia elétrica; Abastecimento de água por rede com canalização interna; Esgoto sanitário por fossa séptica ou por rede; Coleta de lixo direta ou indireta). Os assentamento precários se caracterizam por: Delimitação imprecisa no tecido urbano; Ocupação inequívoca e majoritária por população de baixa renda; Ausência de regularização fundiária e/ou de prévia aprovação em órgãos públicos. As características espaciais predominantes são: Agrupamento de domicílios auto-contruídos; Disposição desordenada e em aglomerações

excessivas; Carências de serviços públicos; Ocupação de áreas de propriedade pública ou privada não próprias. A identificação dos Aglomerados Subnormais é feita com base nos seguintes critérios: Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos); Possuir pelo menos uma das seguintes características: Urbanização fora dos padrões vigentes - refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; Precariedade de serviços públicos essenciais. Após foi mostrado os Aglomerados Subnormais em Passo Fundo ano base/2010: Bairro Integração (Setor 09): total de 393 domicílios compostos pelos Loteamentos Xangri-Lá; Ipiranga; Jabuticabal. Bairro Vera Cruz (Setor 03): total de 172 domicílios Beira dos Trilhos; Valinhos. Bairro Petrópolis (Setor 04): total de 250 domicílios compostos por Entre Rios; Loteamento Umbú; Bairro Cruzeiro (Setor 06): total de 596 domicílios - Bairro Cruzeiro, composto pela Baixada Cruzeiro. Bairro Lucas Araújo (Setor 07): total de 200 domicílios Buraco Quente (Entre as ruas São Lázaro, junto à sanga). Após foi apresentado pela Secretária Ana Paula Wickert o item sobre Patrimônio Arquitetônico e Paisagem. Foi mostrada a evolução urbana e arquitetônica em Passo Fundo. O início da evolução urbana da cidade se deu na década de 1830, nas proximidades da atual Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição. No Século XIX o crescimento do povoado ocorreu ao longo do "Caminho das Tropas", atualmente a Avenida Brasil. Com forte influência colonial de caráter rural, não existiam edificações com qualidade estética que se destacassem. A estética das edificações foi à mesma até a entrada do século XX. Em 1898 com a chegada da ferrovia as transformações da paisagem passaram a ser mais intensas. O tombamento foi instituído no município em 1995 como proteção legal dos bens de valor histórico, arquitetônico, paisagístico e cultural da cidade. Foram listados os bens tombados: Prédio Antiga Gare, Conjunto Arquitetônico (Academia Passo-fundense de Letras, Marvs e Teatro Múcio de Castro), Escola Municipal Padre Antônio Vieira, Ruína Caixa D'água, Bebedouro, Cemitério do Capitão Fagundes dos Reis, Silo, Moinho, Igreja Matriz "Nossa Senhora da Conceição", Quartel do Exército, Escola Protásio Alves, Solar da Glória, Companhia Cervejaria Brahma, Banco Itaú, Prédio do Texas do Instituto Educacional, Igreja Metodista, Capela São Miguel. Foi mostrada a Paisagem Urbana Atual: Algumas regiões denotam um caráter histórico mais exacerbado, tais como: Avenida Brasil, entre a Praça Tochetto e Rua Livramento e a Paisagem Rural: A paisagem rural de Passo Fundo apresenta uma ampla diversidade. Observa-se que o relevo, paisagem e ocupação do território são diversos. Após foi apresentado pelo Engenheiro Gustavo Heurich o item Mobilidade Sustentável. Foi dito que a cidade de Passo Fundo apresenta um grande adensamento na sua parte mais central, com gradual diminuição destes índices conforme ocorre a afastamento no sentindo da periferia. O zoneamento municipal define as áreas centrais como área de forte adensamento; Sistema Viário Observa-se um crescimento de 67,08% da frota de veículos no período de 10 anos, o que representa um aumento significativo no número efetivo de veículos circulando nas ruas. O período que apresentou os maiores acréscimos na frota coincide com o a implantação do Anel Viário Central, o qual se iniciou em 2010 e foi concluído em 2015. Observa-se que a população cresceu 11,43% no mesmo período em que a frota de veículos cresceu 67,08%. Onde percentualmente o crescimento da frota de veículos foi 5,8 vezes maior do que da população no mesmo período. As taxas de crescimento não estão relacionadas diretamente. O crescimento populacional segue a tendência dentro do padrão nacional. Já as taxas de crescimento da frota de veículos apresentam altos índices no período entre os anos de 2004 e 2014, estando relacionado aos incentivos econômicos do país. Malha Viária. A configuração atual da malha viária é resultado da evolução histórica de formação da cidade considerando todos os aspectos socioeconômicos de desenvolvimento. No Sistema Viário. A complementação do sistema viário nos espaços vazios entre as áreas já urbanizadas acabam ficando em segundo plano. Foi dito que tem poucas alternativas de conexões entre os bairros com características arteriais e coletoras. O sistema viário projetado e ou previsto passou a não ser suficiente para atender a demanda de fluxo gerado e atraído. Foi mostrado o mapa com as Descontinuidades Viárias. Sobre as Tendências de Deslocamento. O projeto do Anel Viário Central tentou estruturar novas alternativas de conexão entre os principais bairros, porém em vias minimamente estruturadas. Sobre as vagas de estacionamento em via pública foi mostrada a

necessidade de ações para a ampliação da Área Azul e a melhoria na fiscalização da utilização do sistema rotativo. Uma das ferramentas disponíveis para auxiliar nesta política, é a aplicação de tarifas diferenciadas de acordo com cada zoneamento definido no plano. Diante da impossibilidade de alargamento das vias na área central, é necessário considerar a retirada da área central de estacionamento ao longo de trechos mais extensos, a fim de criar mais uma faixa de rolamento. Sobre as vagas de estacionamento em obras particulares de acordo com o II PDDU a obrigatoriedade de vagas de estacionamento estava vinculada ao uso residencial multifamiliar. Já no PDDI é exigida a construção de garagens ou a reserva de áreas para estacionamento para diferentes usos. O dimensionamento da quantidade de vagas varia conforme o uso, entretanto a legislação não especifica regramentos distintos para situações de obra nova, reforma com ampliação ou alteração de usos. Sobre o Transporte Coletivo. A operação de linhas é realizada por três diferentes empresas, duas privadas e uma pública. Apresentam boa cobertura de atendimento nos bairros da cidade. A disponibilidade e assiduidade dos ônibus é o fator de maior reclamação. O redimensionamento e alterações dos itinerários das linhas é uma ação que pode gerar ganhos na diminuição das distancias percorridas e consequentemente diminuição no tempo de viagem. Foi mostrado um mapa com as Linhas de Transporte Coletivo. Sobre as Ciclovias. Atualmente apenas 0,4% da população utilizam o transporte cicloviário. Passo Fundo possui uma malha cicloviária de aproximadamente 19 km, considerando parques e avenidas. Transporte de Cargas Pesadas. Os veículos pesados criam conflitos por trafegarem em velocidade baixas, necessitarem de espaços específicos para realizar carga e descarga. O tráfego deste tipo de veículos pelas avenidas acaba gerando uma diminuição significativa da vida útil do pavimento asfáltico e da sinalização horizontal. Cabe ao Plano Diretor, determinar uma poligonal, a qual se julgue adequada para receber este trânsito, sem prejudicar o desenvolvimento da cidade. Sobre as calçadas. Foi dito que tem necessidade de ampliação das calçadas e canteiros centrais, criação de regiões de *traffic calming*, através da implantação de travessias elevadas para pedestres ou através da adequação das calçadas existentes. Transformar calçadas em locais de convívio permanente, com usos adequados. Passo Fundo apresenta estrutura razoável de calçadas, principalmente na área central, mas que necessitam de melhorias, e inclusão de melhorias universal. Após foi apresentado pela arquiteta Chris o item sobre Equipamentos Sociais. Sobre educação foi dito que pela Constituição Federal, a Educação básica obrigatória dos 4 aos 17 anos. Pelo censo do IBGE 2010, existem 39.187 das pessoas em idade escolar, que corresponde a 21,20% do total da população. Pelo Censo Escolar da Educação Básica de 2017 os dados da Educação Infantil mostra que das 4.384 crianças em idade escolar, 58,53 % são atendidas pela rede municipal de ensino e 41,47 % são atendidas pela rede particular de ensino. Os dados do Ensino Fundamental mostra que das 24.077 crianças em idade escolar, 43,59 % são atendidas pela rede municipal de ensino, 38,26 % são tendidas pela rede estadual de ensino e 18,15 % são atendidas pela rede particular de ensino. Os dados do Ensino Médio mostra que das 7.606 pessoas em idade escolar, 71,93 % são atendidas pela rede estadual de ensino, 4,40 % são atendidas pela rede federal de ensino e 23,67 % são atendidas pela rede particular de ensino. Foi mostrado o mapa com os equipamentos de educação existentes. Na Educação Básica Total: 106 são Escolas Públicas, 37 são EMEIs, 36 são EMEFs e 33 são Escolas Estaduais de Ensino Fundamental e Médio. A rede de saúde brasileira no Atendimento Primário, o acesso ao sistema de saúde pública é feito através de UBS - Unidade Básica de Saúde e CAIS - Centro de Atendimento Integrado à Saúde Atenção Básica. Para Atenção básica e tratamento especializado de média complexidade, o atendimento é realizado pela Equipe de saúde da família (ESF). Uma ESF atende 3.500 Pessoas e uma UBS atende até 4 ESF. Foi mostrado no mapa que Passo fundo possui 25 UBS e 5 CAIS com capacidade de atendimento das UBS é de 56,53% da população. Para os Equipamentos de Atenção Social, existem os CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, pela Norma operacional básica do sistema único de assistência social (NOB/SUAS), o número mínimo de CRAS é definido conforme porte do município. Passo Fundo é uma Cidade de Grande Porte e tem de possuir no mínimo 4 CRAS com capacidade de atendimento máximo 500 Famílias em cada CRAS. Além dos CRAS, existem os CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social que atendem Proteção Social Especial de Média Complexidade e as Casas de Acolhimento que atendem Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Foi mostrado o mapa dos Equipamentos de Atenção Social

Existentes, com o número de famílias cadastradas e atendidas. Após foi apresentado os Equipamentos Culturais. São equipamentos abertos ao público que podem ser mantidos pela iniciativa privada ou pelo poder público, para produção e oferta de bens e serviços culturais. Foram considerados equipamentos culturais: Bibliotecas, Teatros, Salas de Eventos, Museus, Salas de Arte, CTG's, Praças, Bens tombados como patrimônio histórico e cultural. Foi mostrado o mapa com os Equipamentos Culturais Existentes: Espaço Cultural Roseli Doleski Pretto, 10 CTG's, 7 Museus, 9 Centros de Eventos, 21 Patrimônio Histórico e Cultural, 12 Espaços Livres, 2 Espaços Religiosos. Sobre Equipamentos Esportivos, que são conjuntos de instalações destinados à prática de esporte da população e aos serviços de apoio. Pelo IBGE 2006, os Equipamentos e instalações esportivas são: Estádio de Futebol, Complexo Aquático, Complexo Esportivo, Ginásio, Campo de Futebol, Quadra. Foi mostrado o Mapa com os Equipamentos Esportivos existente em Passo Fundo são: 27 Campos, 2 Estádios, 6 Ginásios e 25 Quadras. Após foi apresentado os Espaços Livres de Uso público, que são áreas públicas de uso comum destinadas à recreação, ao lazer, ao esporte e às atividades contemplativas, em que predominam as áreas não edificadas e vegetação. Tem a função de estruturar a cidade na procura de gerar qualidade ambiental e espacial. Benefícios: Melhoria da habitabilidade do ambiente urbano; Possibilidade do acontecimento de práticas sociais; Momentos de lazer; Encontros ao ar livre e manifestações de vida urbana e comunitária; Favorece psicologicamente o bem-estar do homem; Influencia no microclima; Amenização da temperatura; Aumento da umidade relativa do ar; Absorção de poluente; Incrementa a biodiversidade. Os Espaços públicos devem contar com Bons acessos; Pontos de encontro com a natureza; Mobiliário urbano cômodo. Espaços livres de uso público equipados de Passo Fundo que se destacam são: Parque da Gare; Banhado da Vergueiro; Praça Marechal Floriano; Praça Tamandaré; Praça Tochetto; Praça Antonino Xavier; Praça Capitão Jovino. Foi comentado que a partir de 2013, nos projetos de parcelamento do solo com mais de 5 hectares, ou seja, aqueles que o Plano Diretor exige Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV), passou-se a exigir que as áreas transferidas ao município como espaços livres de uso público fossem entregues equipadas. Foi mostrado o mapa com a localização dos Espaços Livres de Uso Público de Passo Fundo. Após foi apresentado pelo arquiteto José Carlos Arruda, o item sobre Gestão, Participação e Controle Social. Participação Comunitária. Foi dito que para a construção de um Plano Diretor democrático foram realizadas 17 oficinas e 03 reuniões de segmentos, com o intuito de efetivar a participação da comunidade. Foi disponibilizado um canal eletrônico no site da Prefeitura com informações sobre a revisão do Plano Diretor. Foram diversas oportunidades de participação da comunidade voltada a esclarecimentos, contribuições, sugestões e proposições. A participação foi feita através de atividades presenciais, incentivando os diferentes setores da comunidade. Audiências, oficinas, reuniões, seminário, conferência. Basicamente as atividades presenciais foram Audiência Públicas em diferentes formatos. As Audiências Públicas tiveram por finalidade informar, colher subsídios, mobilizar, esclarecer, debater,rever e analisar os conteúdos, pactuar e aprovar os produtos gerados em cada etapa, assim como, realizar a validação dos mesmos. Para cada etapa do processo foi divulgada a agenda dos eventos presenciais de participação da comunidade, considerando as recomendações do Estatuto da Cidade e do Ministério das Cidades. Além da realização dos debates presenciais, foram previstos outros meios de interlocução, ampliando as formas de contribuições e participação da comunidade. A Prefeitura Municipal disponibilizou o e-mail planodiretor@pmpf.rs.gov.br para envio das contribuições. Tendo em vista que o processo é desenvolvido em etapas distintas, são estabelecidos prazos com previsão para início e fim de cada etapa. Durante os prazos acordados, a população será convidada a participar ativamente do processo, opinando, debatendo, analisando, contribuindo e pactuando as informações e propostas relativamente à revisão do Plano Diretor. Foi comentado sobre os instrumentos que regem a Revisão do Plano Diretor. Os Instrumentos do Estatuto da Cidade: O Estatuto da Cidade salvaguarda o meio ambiente urbano justo, equilibrado e sustentável, estabelecendo que toda a atividade econômica deve ter especial planejamento por parte do administrador público, observando-se os limites de sustentabilidade ambiental. Dos Instrumentos da Política Urbana. Tem por finalidade dar mecanismos para garantir que de fato se concretize a função social da propriedade e o direito a todos a cidade. Do Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória. O estoque de terrenos a espera de valorização dentro da área urbanizada diminui os

espaços necessários ao desenvolvimento da sociedade. Para evitar esses vazios o Estatuto da Cidade regulamentou o parcelamento, edificação ou utilização compulsória obrigando o proprietário a dar destinação a terrenos subutilizado. Do IPTU Progressivo no Tempo. O Estatuto da Cidade fornece ao município o IPTU progressivo, permitindo o aumento progressivo da alíquota do IPTU para os imóveis cujos proprietários não obedeçam aos prazos fixados para o parcelamento. Da Desapropriação com Pagamentos em Títulos. O Estatuto da Cidade regulamenta a desapropriação para fins urbanos, o Poder Público Municipal pune o proprietário que não deu a seu imóvel a função social estabelecida no Plano Diretor. Do Usucapião Especial de Imóvel Urbano. A Constituição Federal, garante ao possuidor de imóvel urbano até 250m², que não tem outro imóvel e que ainda não foi beneficiado pelo instrumento, a aquisição da propriedade, o possuidor deve ainda demonstrar que ocupa o imóvel há cinco anos, sem oposição. Do Direito de Superfície. O Poder Público mantém a propriedade do terreno público, mas pode conceder ao morador o direito de construir sua residência, vende-la sob certas condições ou transmitala por herança, dando toda a garantia para que ele exerça seu direito de moradia. Do Direito de Preempção. O Poder Público Municipal a preferência para adquirir imóveis que estejam sendo alienados. Da Outorga Onerosa do Direito de Construir. É um instrumento voltado à indução do desenvolvimento urbano, permitindo, que o Poder Público incentive o adensamento de determinadas áreas da cidade. Do Estudo de Impacto de Vizinhança As atividades desenvolvidas nas cidades geram impactos, interferindo na dinâmica urbana de maneira tal que as normas urbanísticas não são suficientes para orientação do desenvolvimento urbano, causando impactos, e assim necessitam de uma avaliação específica. Da Gestão Democrática da Cidade. Um dos elementos fundamentais do Estatuto da Cidade é a promoção da participação da sociedade na gestão urbana. As decisões sobre o futuro das cidades não podem se limitar somente à democracia representativa das câmeras de vereadores, mas a todos os munícipes. Os Instrumentos Vigentes no Município de Passo Fundo. Plano Diretor Disciplina do Parcelamento, do uso e da ocupação do solo, Plano Plurianual Diretrizes orçamentárias e orçamento anual, Gestão orçamentária participativa, Imposto sobre a propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, Planos, programas e projeto setoriais, Tombamento de imóveis ou de mobiliário urbano, Desapropriação Instituição de Zona Especiais de Interesse Social, Transferência do Direito de Construir, Operações Urbanas Consorciadas, Direito de Preempção Parcelamento, edificação ou utilização compulsória, Relatório de Impacto de Vizinhança, Outorga oneroso do Direito de construir, Direito da Superfície, Intituição de unidades de conservação. Após foi apresentado pela Secretária Ana Paula o Capítulo 3 - Leitura Comunitária. Foram realizadas 16 Oficinas Avaliativas, 3 Reuniões Segmentos Específicos; Cidade Do Amanhã com 04 Escolas e 319 Alunos; Questionário Online com 896 Participantes; além de 81 Delegados eleitos e homologados. Foi apresentado o cronograma das oficinas realizadas e o número de participantes por oficina. Foi explicado que a Oficina nº 07, agendada na escola Maria Dolores, foi considerada deserta, pois houve a presença de apenas um morador no horário marcado (19 horas). A equipe do município aguardou até as 20:00 horas e decidiu declarar a Oficina como deserta. Foi mostrado a Dinâmica das Oficinas Avaliativas. Breve apresentação do que é o Plano Diretor e histórico dos planos já elaborados. 1ª Atividade: Nivelamento; 2ª Atividade: Debates: O que tem no município e é bom? E o que falta? 3ª Atividade: Debates: O que tem no bairro e é bom? E o que falta? 4ª Atividade: Apresentação ao grande grupo; 5ª Atividade: Eleição dos Delegados Regionais. Quanto aos Delegados: Função: Revisar, analisar e propor alterações na minuta do Projeto de Lei durantes a Conferência de aprovação da proposta do Plano Diretor e aprovar a minuta do Projeto de Lei. Pré-Requisito: Ter mais de 16 anos e ser morador ou proprietário de empresa na regional. Votação: Ocorreu mediante uso de urna e a contagem sempre foi acompanhada por no mínimo duas pessoas da comunidade. O total geral de delegados ficou 143, sendo 42 delegados do Núcleo Gestor, 20 delegados do Núcleo Técnico e 81 delegados da comunidade, eleitos durante a realização das Oficinas. Após foram mostrada as contribuições da comunidade: Temáticas definidas na metodologia: Meio ambiente e ocupação do território; Mobilidade Sustentável; Espaços públicos e equipamentos sociais; Gestão, participação e controle social; Desenvolvimento econômico e inovação; Avaliação geral sobre o município. Síntese geral das contribuições da área urbana e da área rural por temática. Total de contribuições: Na região urbana foram 1339 contribuições e na região rural 604 contribuições. Foi mostrado uma quadro com o

percentual de contribuições por região. Foi mostrado o Relatório das Reuniões com Segmentos Específicos. Como previsto na metodologia, as reuniões de segmentos, serviram para debater com as lideranças comunitárias, temas relevantes como: saúde, educação, habitação, economia, meio ambiente, dentre de outras temáticas. A Reunião com as doze paróquias Realizada no dia 05/05/2018, no salão da paróquia Santa Terezinha. Foi explicado o que é Plano de Desenvolvimento Integrado, onde os participantes após explanação passaram a opinar sobre casos pontuais da cidade. Questionamentos sobre questões políticas, ambientais, construções irregulares e mobilidade foram discutidas. Reunião da equipe da SEPLAN com o COMPEDE no dia 25/04/2018 na sala de reuniões da Seplan, aconteceu a reunião com COMPEDE, onde estiveram sempre presentes as questões relativas à acessibilidade. Foi informado por parte do COMPEDE a impossibilidade de aplicação de multa em casos onde a sinalização está em desacordo, destacando a necessidade de fiscalização pela implantação de sinalização. Em relação as vagas de estacionamento, foi citado que existem diversos problemas, dentre eles: o autocarregamento e cobrança por parte de comerciantes, a falta de sinalização, entre outras. A Reunião sobre habitação e demandas da habitação foi realizada no dia 06/04/2018, no auditório da UPF. Feito um relato das pessoas moradoras das ocupações, sobre as dificuldades de se habitar. Foi mostrado que Passo Fundo possui mais de 50 áreas de ocupações. A maioria dos moradores relatou que gostam de morar na área por ter fácil acesso ao centro da cidade. Foi apresentado como foi executado o projeto Cidade do Amanhã para compreender a visão da criança sobre a cidade, suas expectativas, seu senso de pertencimento, sua visão de bairro e cidade. Foram realizadas Oficinas lúdicas sobre planejamento urbano. O convite foi feito através de Chamada pública para estudantes do 3º e 4º anos do ensino fundamental. As escolas que participaram foi: Menino Jesus – 112 alunos, EMEF Wolmar Salton – 120 alunos, CAIC Edu Vila de Azambuja – 60 alunos e St. Patrick – 27 alunos. No total, houve a participação de 319 Alunos. Foi feita Leitura Técnica e Leitura Comunitária, levando em consideração diferentes olhares e percepção das crianças. Atividades: Palestra conceitual sobre planejamento urbano; Exposição permanente de cartaz com uma Timeline de Passo Fundo, Teatro de Fantoches e Quiz da cidade. Após foi apresentado como foi realizado o questionário on-line. Foi dito que houve inovação no formato de consulta pública. Este é mais um espaço de participação. Os objetivos são ouvir a opinião da comunidade sobre soluções urbanas, Na enquete foram feitas 28 questões sem rigor científico. Houve 896 participações. As temáticas abordadas foram: mobilidade sustentável, espaços livres, desenvolvimento econômico, meio ambiente, ocupações, gestão/participação controle social. Após a apresentação, foi realizada a leitura das colaborações enviadas pela comunidade, com as justificativas, por área. Primeiro foram lidas as propostas que receberam parecer, mas não serão votadas nesta Audiência por ser assunto relacionado às Oficinas Temáticas. **Como Observações Gerais: 01)** O documento tem uma apresentação descritiva necessária e fundamental, porém mantém um problema metodológico que separa a leitura técnica da leitura comunitária, o que compromete estruturalmente o diagnóstico, já que não integra os diferentes olhares numa análise consistente dos principais problemas e das principais potencialidades. Esta dificuldade metodológica havia sido alertada pela CDHPF (inclusive em documento por escrito) quando do debate da metodologia. Todavia não foi tomada em conta pelo Núcleo Gestor. Assim, ainda que descritivamente estejam presentes elementos importantíssimos para o diagnóstico, aponta-se uma carência estrutural no que diz respeito a uma leitura crítica e integrada dos diversos componentes colhidos nos diversos levantamentos, assim como no significado dos dados estatísticos profusamente apresentados. **PARECER:** Questão já debatida na etapa anterior, há recomendação bibliográfica para que a análise seja feita de forma separada. **02)** Para o adequado conhecimento do conjunto das informações subsidiárias, consideramos necessário e sugerimos a disponibilização no sítio eletrônico da revisão do PDDI, dos seguintes planos citados no diagnóstico: a) PLANO AMBIENTAL MUNICIPAL DE PASSO FUNDO. Prefeitura Municipal de Passo Fundo. Secretaria Municipal de Meio Ambiente, 1991; b) PLANO DE ESTRUTURAÇÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS E ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO –PEEUEL, Produto 04. Componente II do Programa de Desenvolvimento Integrado do Município de Passo Fundo, 2013; c) PLANO DE MOBILIDADE URBANA E RURAL. Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 2014; d) PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL DO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO. Prefeitura Municipal de Passo Fundo,

2015; e) PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL. Prefeitura Municipal de Passo Fundo. Secretaria Municipal de Habitação, 2009; f) PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS. Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 2001; g) PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO PASSO FUNDO. Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 2014; h) PLANO URBANÍSTICO LOCAL – PUL. Setores 8 e 9, Passo Fundo, RS. Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 2013. A não disponibilização do conjunto destes documentos, alguns já aprovados e transformados em lei, outros em fase de tramitação, não atendo ao direito de acesso à informação e impede a sociedade civil de realizar uma análise conjunta. Cita-se como exemplo da não disponibilização dos documentos públicos o fato da Secretaria de Planejamento do Município ter negado pedido escrito de acesso ao documento integral produzido pela UPF do Plano Municipal de Saneamento em pedido formalizado pela CDHPF. A disponibilização dos Planos Municipais possibilitaria a realização de um esforço de síntese e confluência de todos os planejamentos no PPDI de modo efetivamente participativo e crítico. **PARECER:** Os planos serão disponibilizados. **No item 1. CONHECENDO O TERRITÓRIO - 1.1. HISTÓRICO: 01)** Ainda que se entenda bastante difícil tratar dos diversos aspectos de um histórico complexo e amplo é fundamental ver ali referidos todos os sujeitos que colaboraram na construção deste processo. Alertamos para a completa ausência da presença negro-africana como escrava e como livre neste processo. Também observamos que a população indígena é referida somente como presença anterior à colonização, sem qualquer referência ao que com ela teria ocorrido. Também não há adequada informação sobre a presença de imigrantes europeus e outras etnias na formação histórica local. **PARECER:** Não houve menção direta e exclusiva às populações negras, pardas e indígenas, pois se compreendeu que para o planejamento territorial do município a origem étnica não têm relevância, uma vez que essas populações estão distribuídas no território não havendo na cidade guetos étnicos. Item **2. LEITURA TÉCNICA: AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA - 2.1. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO: 01)** Proibir novas lojas de conveniências no Centro de Passo Fundo. **PARECER:** Considerando a contribuição apresentada, o Núcleo Técnico entende que no item 2.3. Ocupação do Território foram levantados os usos permitidos pelo Plano Diretor atual e que o tema em questão será tratado na próxima etapa. **02)** Liberação de zoneamento de comércio e outras atividades na região do Bairro Vergueiro. A área está restando com imóveis vazios após mudança de famílias, são diversas casas para venda e/ou locação apenas para fins residenciais, tornando-se plenamente inviável economicamente. Esses imóveis vazios comprometem inclusive a segurança da região. São espaços/imóveis que podem ser utilizados para atividades comerciais, dando novamente vida útil para este bairro tão belo e histórico para a Cidade. **PARECER:** Considerando a contribuição apresentada, o Núcleo Técnico entende que o tema foi tratado no capítulo 2.3. Ocupação do Território e que a análise dos usos permitidos nos diferentes zoneamentos será tema da próxima etapa da revisão do plano diretor. **Item 2.2. MEIO AMBIENTE: 01)** Intensificar fiscalização sobre poluição de nossos rios, ruas e praças. Também de indústrias, hospitais e comércio. Ainda descarte irregular de materiais tóxicos e outros. **PARECER:** Considerando a contribuição apresentada, o Núcleo Técnico entende que ao longo do documento o assunto é apresentado, como por exemplo, em 2.2.8.5. Situação das águas e esgotos, 2.2.10. Resíduos Sólidos e no quadro 3.1.1. Contribuições da Comunidade: Oficinas Avaliativas, onde é relatada a necessidade de intensificar a fiscalização. **02)** Passo Fundo caminha a passos largos pra se transformar de berço das águas, em cemitério das águas. Seus banhados estão sendo aterrados, como por exemplo o banhado próximo ao loteamento Altos da Boa Vista; outro exemplo, junto ao trevo do bairro São José, até sanga está sendo destruída pelo aterro. No antigo trevo do Andreeta, um dos lados da Presidente Vargas foi destruído, o outro está com inúmeras casas. Pelo que diz a legislação os banhados deveriam ser protegidos. Se não tem banhado, não temos água nos períodos de estiagem. Até quando vamos deixar essas coisas acontecerem, que medidas são propostas para mitigar esse problema? **PARECER:** O Plano Diretor em vigor possui enfoque ambiental, definindo zoneamentos enquadrados como áreas de preservação ambiental. O Núcleo Técnico entende que o tema é pertinente e será abordado na próxima etapa. **03)** Contenção nas laterais do riacho formado pelas águas no final das galerias da Vila Luíza. **PARECER:** Considerando a contribuição apresentada, o Núcleo Técnico entende que se trata de intervenção de melhoria/ manutenção do local. **04)** Tenho

uma propriedade rural na zona dos mananciais e pretendo fazer um projeto de uso comercial, tipo hotel fazenda, com preservação do meio ambiente e interatividade do público com a natureza do local. **PARECER:** No Plano Diretor em vigor, o uso hotel fazenda é considerado conforme na Macrozona de Proteção aos Mananciais Hídricos. Item **2.3. OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO: 2.3.1.1. MODELO ESPACIAL DO PDDI. 1)** Neste item é historicizada a Lei Complementar n° 170/2006, que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Passo Fundo – PDDI. Sugerimos a elaboração de relatório com estudo complementar que apresente as leis municipais que alteraram o Plano Diretor ao longo de sua vigência (2006-2019), apresentando uma síntese das alterações legais, bem como uma apresentação da justificativa apresentada para as alterações e uma análise crítica do impacto que geraram. **PARECER:** Neste item foi analisado o modelo espacial do Plano Diretor vigente. As alterações produzidas no PDDI ao longo dos anos obedeceram os procedimentos legais previstos, tais como pareceres técnicos, aprovações pelos conselhos pertinentes e aprovações em audiências públicas. Item **2.3.4.14. CATEGORIA 14 – URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA. 1)** Sugerimos a elaboração de Estudo complementar apresentando dados sobre a renda dos domicílios dos projetos de urbanização específica e revisão bibliográfica sobre o tema, a partir dos debates contemporâneos na área de arquitetura e direitos humanos, relativos a segregação social e espacial materializada pelos condomínios fechados e, se possível, experiências pilotos de outras grandes cidades para superar essa questão. **PARECER:** O critério adotado nesta categoria foi o porte do empreendimento, sendo demarcado no mapa os condomínios urbanísticos com área superior a 13 ha. O núcleo técnico entende que a renda mediana mensal por domicílio está retratada na figura 2.3.67, no item 2.3.3 (densidade e renda mediana mensal por domicílio). Item **2.3.1.1. ÁREAS DE URBANIZAÇÃO E OCUPAÇÃO PRIORITÁRIAS. 1)** Sugerimos a complementação do diagnóstico com informações sobre as ações do Poder Executivo para identificação das áreas constantes no mapa n. 4 do PPDI, regulamentação por decreto dos artigos do PPDI que tratam da AUOP, notificação dos proprietários e cumprimento dos prazos estabelecidos no art. 131 do PDDI, bem como, sobre a aplicação do IPTU progressivo após os prazos previstos no Plano. Estas informações são relevantes para o diagnóstico da efetividade do PPDI vigente no tocante a utilização deste instrumento. As conclusões sobre esses dados serão fundamentais para a proposição de novas AUOP no próximo plano diretor, bem como para aprimorar o texto legal futuro. **PARECER:** No diagnóstico consta a evolução da ocupação das Áreas de Urbanização e Ocupação Prioritárias (AUOP), sendo retratado no mapa 2.3.7 no volume II (caderno de mapas), que muitas das áreas originalmente gravadas no mapa 4 da LC 170/06 estão atualmente sendo objetos de parcelamento e/ou emissão de diretrizes para futuros parcelamentos. **Sugestão de inclusão de novos subitens em 2.3: 1)** Sugerimos a inclusão de um novo subitem apresentando e analisando dados sobre o “mercado imobiliário” de Passo Fundo, buscando dados junto ao SECOVI-PF sobre o número de imóveis disponíveis para locação e o valor médio do aluguel por metro quadrado, por tipo de uso (residencial, comercial ou industrial) e por região da cidade. Sugerimos a inclusão de um novo subitem apresentando e analisando dados sobre o “preço do metro quadrado” urbano e rural em Passo Fundo, apresentado os dados das plantas de valores venais oficiais (no caso de imóveis urbanos) e no decreto municipal que fixa o valor do hectare rural (para fins de ITBI), bem como, os valores de mercado das mesmas, e a comparação do valor de m2 em relação a outras cidades de porte similar do RS e do Brasil. Todos esses dados e análises são relevantes para a etapa de diagnóstico, haja vista que o diagnóstico deve apresentar grandes questões relevantes para o planejamento urbano e que tem impedido a efetivação do direito à cidade estabelecido pelo PPDI, as quais servirão para embasar proposições nas etapas posteriores do processo de revisão do plano. **PARECER:** Quanto à inclusão do subitem supracitado referente aos dados do preço do m² e dados do mercado imobiliário, o núcleo técnico informa que referidos dados foram contemplados por ocasião dos estudos para a revisão da Planta de Valores. **Em 2.4. HABITAÇÃO E OCUPAÇÕES: 01)** Aumento índice construtivo da Vergueiro, equiparando a Fátima. (3X). **PARECER:** Considerando a contribuição apresentada, o Núcleo Técnico entende que o tema foi tratado no capítulo 2.3. Ocupação do Território e que a questão sobre o aumento de índices construtivos será tema da próxima etapa da revisão do plano diretor. **Em 2.5. PAISAGEM E PATRIMÔNIO: 01)** Excelente material com a compilação de dados e informações, permitirão uma boa tomada de decisões. **Em**

2.6. MOBILIDADE SUSTENTÁVEL: 01) Senti falta de tratamento, levantamento, mapeamento de pontos de entrada e saída de passageiros (ponto de ônibus) e suas respectivas localizações, apenas mensurado os atuais trajetos do transporte coletivo, bem como não foram mensurados os de transporte individual (pontos de táxi). **PARECER:** Considerando a contribuição apresentada, o Núcleo Técnico entende que os pontos de ônibus e pontos de táxi são relevantes para projetos pontuais, assim como a mão de direção das ruas. Assim, o diagnóstico apresentou a rede atual de transporte público que interfere diretamente no planejamento da cidade. **02)** O relatório está bem organizado, no entanto com relação ao cenário atual e possibilidades futuras da conexão do Bairro Petrópolis com o Centro acredito que poderiam trazer mais dados para alternativas à Avenida Brasil. **PARECER:** Considerando a contribuição apresentada, o Núcleo Técnico entende que no item 2.6.2.2. Malha Viária foram tratadas as questões gerais de conexões e barreiras viárias e que as possibilidades de futuras conexões serão desenvolvidas na próxima etapa. **03)** Solicito que sejam implementadas rampas de acesso como OBRIGATÓRIO em todos os pontos comerciais da cidade. E cabe a PMPF executar rampas em todas as calçadas. Somos cidade pólo de saúde e não podemos mais obrigar PcDs a passarem vexames ou não poder ter acesso em qualquer ponto que seja! **PARECER:** Considerando a contribuição apresentada, o Núcleo Técnico entende que a obrigatoriedade de rampas de acesso é pertinente ao Código de Obras e de responsabilidade do proprietário do lote. Também cabe salientar que a prefeitura está executando calçadas da avenida Brasil com implantação de rampas e pavimentação tátil. **04)** Considerando o crescimento e ocupação, na região do bairro Santa Maria II, precisamos de forma urgente a duplicação da rua Epitácio Pessoa, ou Estrada Geral, que dá acesso a Perimetral Leste. Além de urbanizar e fiscalizar o descarte irregular de lixo, nessa via. **PARECER:** Considerando a contribuição apresentada, o Núcleo Técnico informa que a rua Epitácio Pessoa tem previsão de alargamento viário na legislação atual do Plano Diretor, dependendo de recurso disponível para sua execução. **05)** Retirada da escadaria na Rua Sete de Agosto com a Independência; Asfaltamento da Rua Mascarenhas inicio na Rua Gal. Osório em direção a Av. Scarpelini Ghezzi até Av. presidente Vargas; Melhorias na Rua João Vergueiro, Vila Luíza. **PARECER:** Considerando a contribuição apresentada, o Núcleo Técnico entende que a retirada da escadaria será analisada na próxima etapa, incluindo as demais escadarias existentes. Quanto às demais contribuições, tratam-se de intervenção de melhoria/ manutenção das vias. **Em 2.7. EQUIPAMENTO SOCIAIS: 01)** Não geral há uma boa descrição das áreas apresentadas, todavia estão ausente informações sobre áreas importantes como segurança pública e acesso à justiça e para saneamento básico (ainda que algumas informações sobre este tema tenham sido abordadas em outros assuntos), para citar dois exemplos. **PARECER:** Considerando a contribuição apresentada, o Núcleo Técnico informa que os equipamentos sociais estudados no diagnóstico foram os mesmos equipamentos abordados no Plano de Estruturação de Equipamentos e Espaços Livres de Uso Público. Além disso, entende que os equipamentos de saneamento básico estão contemplados no capítulo de meio ambiente e que os equipamentos de segurança pública serão mapeados e apresentados no início da oficina propositiva de equipamentos sociais. **Em 2.8. ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO: 01)** Lojas de conveniências sejam padronizadas, todas devem fechar à meia-noite. **PARECER:** Considerando a contribuição apresentada, o Núcleo Técnico entende que o horário de funcionamento das lojas de conveniência deve ser regrado por legislação específica. **02)** Sugerimos a elaboração de diagnóstico indicando a quantidade de espaços livres ocupados para fins de moradia de interesse social, a partir de dados disponibilizados pela PGM (ações de reintegração de posse). A CDHPF apresentou um levantamento ao Núcleo Técnico do qual constam 38 (trinta e oito) processos, ações de Reintegração de Posse ajuizadas pelo Município de Passo Fundo, na 1ª Vara Cível Especializada em Fazenda Pública da Comarca de Passo Fundo. Também sugerimos a elaboração de diagnóstico indicando a valorização do preço do m² de terrenos e imóveis próximos a equipamentos públicos novos ou reconfigurados (praças, parques, vias). Todos esses dados são relevantes para a etapa de diagnóstico, haja vista que o diagnóstico deve apresentar grandes questões relevantes para o planejamento urbano e que tem impedido a efetivação do direito à cidade estabelecido pelo PPDI ou tem propiciado a apropriação privada de investimentos públicos. **PARECER:** Nesse item é importante mencionar que de acordo com a legislação, os espaços livres possuem destinação específica, não podendo serem

utilizados para fins de moradia de interesse social. Assim considerando que a matéria está sendo discutida judicialmente, esses dados não foram trazidos para o diagnóstico. Entretanto salientamos que os espaços livres de uso público estão demarcados no mapa 2.8.1, assim como as áreas ocupadas no mapa 2.4.1. Quanto à indicação da valorização do m² de imóveis próximos a equipamentos públicos, a equipe técnica informa que a Planta de Valores está em processo de revisão, e que quando concluída, possibilitará o cruzamento de tais informações com o diagnóstico, para que na etapa propositiva possibilite o debate dos instrumentos do Estatuto da Cidade que serão incluídos na nova legislação. **Em 2.9. GESTÃO, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL: 01)** Sugerimos a elaboração de estudos complementares apresentando: a) a legislação e conselhos municipais de participação relacionados as temáticas do Plano Diretor, com suas respectivas atribuições; b) os resultados do grupo de trabalho sobre conselho municipal da cidade de Passo Fundo instituído pelo Decreto Municipal n.º 46/2010, bem como síntese da proposta de Projeto de Lei apresentada pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo; c) histórico das Conferências Municipais da Cidade na vigência do PDDI e suas principais deliberações. **PARECER:** Considerando a contribuição apresentada, o Núcleo Técnico entende que o material referente as 6 Conferências da Cidade realizadas são propositivas e farão parte da próxima etapa da revisão. Além disso, as deliberações das conferências estão contempladas no capítulo 3, leitura comunitária. **Em 2.9.4. OS INSTRUMENTOS DO ESTATUTO DA CIDADE: 01)** A questão dos vazios urbanos, ou "o estoque de terrenos a espera de valorização dentro da área urbanizada" é tratado na análise (p. 353), apareceu nas oficinas avaliativas (p. 444), no relato da reunião sobre habitação (p. 486) e também no diagnóstico das crianças (p. 501). Sugerimos a inclusão dos dados quantitativos sobre os vazios urbanos de Passo Fundo, a saber: a) dados constantes do cadastro multifinalitário do Município; b) dados sobre vazios constantes do PLHIS; c) dados da Secretaria de Obras públicas e Secretaria de Meio ambiente sobre terrenos baldios, os quais seriam 14.000 segundo algumas estimativas (http://rdplanalto.com/noticias/32095/terrenos-baldios-proprietarios-terao-90-dias-para-regularizacao); d) dados apresentados em Relatório elaborado pela CDHPF e UPF (referidos na p. 486), entregues ao Núcleo Gestor. **PARECER:** Considerando a contribuição apresentada, o Núcleo Técnico informa que em análise do relatório apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e UPF, foram encontradas inconsistências na demarcação dos vazios urbanos, como por exemplo áreas de mata demarcadas como vazios. Além disso, na legislação municipal há definição de solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, concluindo-se que nem todos os terrenos baldios podem ser enquadrados como vazios urbanos. **EM 2.9 - 01)** Sugerimos a inclusão de um novo subitem para tratar dos **Instrumentos Regularização Fundiária Urbana (Reurb)**, instituídos pela Lei Federal nº 13.465/2017, abordando a necessidade de previsão dos mesmos no Plano Diretor. **PARECER:** Considerando a contribuição apresentada, o Núcleo Técnico entende que não há necessidade de criação de novo subitem pois os instrumentos previstos na lei federal estão contemplados ao longo do documento. **02)** Sugerimos a inclusão de um novo subitem sobre **Direito à cidade**, apresentando uma síntese da compreensão sobre o tema, bem como o conceito de direito à cidade estabelecido pelo PDDI vigente. **PARECER:** Considerando a contribuição apresentada, o Núcleo Técnico entende que o tema é amplo e será tratado ao longo das oficinas propositiva. **No item 3. LEITURA COMUNITÁRIA - 3.4. RELATÓRIO DO QUESTIONÁRIO ON-LINE: 01)** É conveniente dispor de tabela com os dados brutos do respectivo questionário, preservando a identificação, limitando à informação se o individuo tenha se identificado documentalmente ou não ao responder o questionário, permitindo uma análise mais profunda sobre os dados, em medida, provendo acesso a tal informação de modo ativo, bem como atendimento proativo sob regulação de dados abertos. **PARECER:** Considerando a contribuição apresentada, o Núcleo Técnico entende que como as respostas refletem a média das opiniões dos respondentes, tratando-se apenas de escolhas entre as opções apresentadas, não é necessária a apresentação respostas individuais. Estas foram as contribuições recebidas e analisadas e que o Núcleo Técnico entendeu que não poderiam ser incluídas no documento conforme parecer. Após foi explicado que seria lida as contribuições de alteração do Diagnóstico (seis no total) que serão submetidas à votação para inclusão. Primeiro será lido o item e a leitura da contribuição e abre-se a palavra para quem quiser defender a manutenção do texto ou a inclusão do novo texto. Poderá ser falado três minutos. Antes de começar a falar

deverá se identificar pelo nome e bairro ou entidade que representa. As contribuições foram destacadas em vermelho no texto para melhor visualização. As inscrições deverão ser feitas junto à Equipe de Apoio. É só levantar o braço enquanto estiver falando para que a equipe possa realizar a inscrição. A fala será por ordem de inscrição. O primeiro item - **1. CONHECENDO O TERRITÓRIO - 1.5. DEMOGRAFIA: 01)** Ainda que dados da população estejam apresentados, observa-se que os desagregados são insuficientes para necessárias análises posteriores em termos de proposições. Por exemplo, não há informações desagregadas em relação à composição étnico-racial, tanto no grau quanto nos estratos específicos. Particularmente no subitem 1.5.3 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO, se poderia aprofundar as composições considerando os mais diversos recortes (sexo, idade, etnia/raça, rendimento, local de moradia e outros aspectos) tanto no específico de cada um quanto no cruzamento entre eles. Quanto mais detalhada a informação sobre população, mais condições de análise e de prospecção. Recursos necessários e estratégicos para o planejamento, sugere-se revisão e complementação destes dados no conjunto do documento e particularmente no item 1.5 o subitem 1.5.3 e também os subitens 1.5.4 e 1.5.5. Observa-se, ainda que os dados populacionais constantes deste item contrastam com dados do mesmo assunto dispostos nos assuntos ao longo do documento. Sugere-se uma abordagem uniformizada de dados e referências para o conjunto do documento. **PARECER:** Considerando a contribuição apresentada, o Núcleo Técnico informa que os dados referentes a etnias/raças podem ser acrescentados ao documento no item 1.5.3. Caracterização da População, conforme apresentado abaixo e que as demais informações constam ao longo do documento. Quanto ao possível contraste de dados no documento o núcleo técnico irá revisar caso esteja faltando a referência correta dos dados. Após a leitura, foi aberto votação, tendo sido aprovado por ampla maioria a inserção do texto e da figura no início do capítulo Caracterização da População: A composição étnica e racial da sociedade brasileira é resultado de uma confluência de pessoas de várias origens étnicas diferentes, dos povos indígenas originais, negros africanos, dos colonizadores portugueses e de posteriores ondas migratórias de europeus, árabes e japoneses, além de outros povos asiáticos e de países sul-americanos. A população do Município de Passo Fundo, conforme dados do Censo IBGE 2010, figura 1.5.X, declarou-se 83,18% branca, 13,92% se declarou parda, 2,49% se declarou preta, 0,30% se declarou amarela e 0,10% se declarou indígena.

População Municipal e Etnias

PASSO FUNDO - RS	POPULAÇÃO AMARELA	POPULAÇÃO BRANCA	POPULAÇÃO INDÍGENA	POPULAÇÃO PARDA	POPULAÇÃO PRETA
% População	0,30%	83,18%	0,10%	13,92%	2,49%
Habitantes	563 habitantes	153.732 habitantes	190 habitantes	25.733 habitantes	4.607 habitantes

IBGE | Organizado por Datapedia.info

Figura 1.5.X: Etnias
Fonte: Datapedia

Não houve inscrito para falar sobre este item. Após a leitura, foi aberto votação para aceitação da inclusão do item, tendo sido aprovado por ampla maioria a inserção do texto sugerido. O segundo item **2. LEITURA TÉCNICA: AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA - 2.4. HABITAÇÃO E OCUPAÇÕES: 01)** Sugerimos a alteração do assunto para “Regularização fundiária e direito à moradia adequada”, com a conceituação do direito à moradia adequada nos termos dos instrumentos internacionais que tratam do tema. Sugerimos a elaboração de estudos complementares apresentando: a) diagnóstico da parte da cidade de Passo Fundo que está “fora do PDDI”, ou seja, que necessita regularização fundiária. Este diagnóstico é extremamente importante para dimensionar o “tamanho” da cidade de Passo Fundo que está “fora do plano”, sendo que algumas estimativas

indicam que aproximadamente 20% da área da cidade encontra-se nesta situação. O PLHIS (2009) apresenta um levantamento indicando 27 locais de "irregularidade fundiária", com um total de 1.520 famílias. O Movimento Nacional de Luta pela Moradia de Passo Fundo, afirma que existem 55 locais de "irregularidade fundiária". A CDHPF tem levantamento que foi apresentado ao Núcleo Gestor com 38 áreas públicas (apenas públicas) de "irregularidade fundiária"; b) dados sobre a demanda habitacional do Município divulgados recentemente pela Secretaria de Habitação (http://rduirapuru.com.br/cidade/apos-depuracao-lista-de-inscritos-em-programas-habitacionais-cai-de-12-para-4-mil/) e sua relação com o proposto neste diagnóstico, com análise dos impactos e necessidades. Reconhecemos a importância dada ao tema do "beira trilhos" (p. 214-215), todavia considerando os dados, informações e análises que foram apresentadas pela CDHPF ao Núcleo Técnico, o que está apresentado está muito aquém do disponibilizado, de modo a ser efetivamente ser reconhecido como a "ocupação" de "maior relevância". Sugere-se completar com outros elementos constantes dos estudos apresentados. **PARECER:** O Nome do assunto foi definido em audiência pública de aprovação da metodologia da revisão do PDDI. No que diz respeito ao diagnóstico da cidade de Passo Fundo que está "fora do PDDI", o núcleo técnico informa que a situação está retratada no mapa 2.4.1 (mapa das ocupações). Quanto ao que diz respeito à Beira – Trilhos, o núcleo técnico propõe a adição do seguinte parágrafo: De acordo com o documento disponibilizado pela CDHPF, "Relatório de Monitoramento da Situação Direito Humano à Moradia Adequada no Beira trilho de Passo Fundo 10 Anos Após" em levantamento realizado em 2008 e o Informe 2011 confirmou-se que a ocupação é consolidada, visto que das famílias entrevistadas 19,76% disseram morar na Beira Trilhos de 6 a 10 anos, 13,14% de 11 a 15 anos, 10,77% de 16 a 20 anos, 16% entre 21 e 30 anos, 6,52% mais de 30 anos, 8,7% menos de um ano e 5,44% a um ano, sendo que do total das famílias, 48,12% disseram sempre ter morado em Passo Fundo e 50,40% disseram ter vindo de outras cidades; sendo que a consolidação também se confirma em razão do acesso à infra - estrutura e serviços urbanos (somente 21,38% tem acesso a todos); 89,93% disseram ter acesso regular à luz; 84,48% disseram ter acesso regular e individual à água; 95,38% disseram ter lixo coletado. Foi dito que o CDHP fez a sugestão de alteração, porém não enviou o texto a ser incluído. O texto inserido foi elaborado pelo Núcleo Técnico. Foi questionado o número de ocupações. Foi respondido que no mapa estão as ocupações que veio do Plano de Habitação de Interesse Social de 2009, com as ocupações consolidadas. Foi questionado pela Greice se a CDHPF, quando fala que existem 55 ocupações, apresentou alguma documentação com comprovação através de documentos ou fotos do número de ocupações. Devido as dúvidas, foi lido novamente o item e destacado que foi o Movimento Nacional de Luta pela Moradia de Passo Fundo que afirmou que existem 55 locais de "irregularidade fundiária" em Passo Fundo, a CDHPF tem levantamento com 38 áreas públicas (apenas públicas) de "irregularidade fundiária" e o Plano Nacional de Interesse Social diz que são 27 locais. Para a informação tem de ser utilizado documentos legais e está sendo usado os dados do Plano Nacional de Interesse Social, mas no mapa constam todas a ocupações conhecidas, porém as ocupações são muito dinâmicas e se alteram com muita rapidez. Foram consideradas apenas a ocupações já consolidadas. Greice complementou que tem o documento legal, que aponta 27, e tem entidades dizendo que o número é maior. Foi questionado se até o final da Revisão do Plano Diretor, estes valores serão atualizados. Foi dito que o mapa não marca apenas as 27 ocupações, mas sim todas as ocupações, só no texto não tem toda quantificação, pois há diferença nos tamanhos das ocupações. Como exemplo foi dito que tem ocupações que possuem cerca de 14 famílias ocupando apenas dois lotes. Estas ocupações estão no mapa, mas não fazem parte do texto. Quando a Secretaria de Habitação tem o relato de haver uma ocupação esta já é marcada no mapa. Greice disse que se a Secretaria de Habitação tem os dados das pessoas que não possuem moradia, estes dados podem ser lincados. A preocupação é que se chegue ao final da Etapa mantendo esta pendência. A Secretária disse que os números usados são dinâmicos e mudam com grande rapidez. A discrepância é sobre o número de locais com ocupações. Greice disse que deve ser trabalhado com o número de famílias, rendas destas famílias e as verbas que são aprovadas. A questão é política pública de moradia. A secretária disse esta contribuição pode ser dada no final como sugestão de correção para que os dados sejam buscados junto à Secretaria de Habitação e atualizados, mas que para o planejamento urbano, o

importante é o número de ocupações. Foi dito que esta sugestão será enviada para análise. Não houve mais inscritos para falar sobre esta inserção. Após a leitura, foi aberto votação apenas do texto, pois o título já foi alterado em Audiência anterior. A inserção do texto sugerido foi aprovado por ampla maioria. O terceiro item **2.6. MOBILIDADE SUSTENTÁVEL: 01)** Observei a falta da menção ao Plano Municipal de Mobilidade Urbana Sustentável definido em lei estadual número 14.960/16 que por enunciado Institui a Política Estadual de Mobilidade Urbana Sustentável no âmbito do Rio Grande do Sul e dá outras providências, observando a redação dada ao §1º e §3º do Art. 6º conforme segue: Art. 6º O Plano Estadual de Mobilidade Urbana Sustentável é o instrumento de efetivação da Política Estadual de Mobilidade Urbana Sustentável e deverá contemplar os princípios, os objetivos e as diretrizes das Leis Federal e Estadual, bem como: § 1º Em municípios com população superior a 20.000 (vinte mil) habitantes e em todos os demais obrigados, na forma da lei, à elaboração do plano diretor, deverá ser elaborado o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, integrado e compatível com os respectivos planos diretores ou neles inserido. § 3º O Plano de Mobilidade Urbana Sustentável deverá ser integrado ao plano diretor municipal, existente ou em elaboração, no prazo máximo de 3 (três) anos da vigência desta Lei. **PARECER:** Considerando a contribuição apresentada, o Núcleo Técnico acrescenta no item 2.6.1. Aspectos Gerais, entre o primeiro e segundo parágrafo o texto a seguir com o número da lei que instituiu o Plano de Mobilidade do Município de Passo Fundo: O Plano de Mobilidade Urbana Sustentável do Município de Passo Fundo foi instituído pela Lei nº 5.305, de 03 de janeiro de 2018, e tem como objetivo contribuir para o acesso universal à cidade, por meio do planejamento e gestão do Sistema Municipal de Mobilidade Urbana. Não houve inscrito para falar sobre o item. Após a leitura, foi aberto votação, tendo sido aprovado por ampla maioria a inserção do texto. O quarto item **2.7: EQUIPAMENTOS SOCIAIS - 2.7.1. EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO 01)** Sugere-se qualificação da apresentação dos dados e análises – inclusive considerando o disposto no Plano Municipal de Educação e seu relatório de monitoramento – com dados desagregados a respeito de população fora da escola identificando região, particularmente, para cada nível de ensino visto que isto subsidiaria a identificação de localização para oferta de novos equipamentos. Sugere-se qualificar a argumentação para sustentar a afirmação constante do parágrafo “Em parte, esses baixos níveis de escolaridade em 2010 representam uma parcela da população de 18 anos ou mais que não frequentaram a escola no passado. Atualmente, a frequência à escola por parte das crianças (6 a 14 anos) é expressivamente maior, o que indica que, no futuro, a proporção de pessoas com 18 anos ou mais possuindo ensino fundamental tende a ser bem maior” (p. 293). Sugere-se qualificar a argumentação para sustentar a afirmação constante do parágrafo “De forma geral a população do município mantém níveis educacionais de maior qualidade que a média do estado e tem reduzido a taxa de analfabetismo nos últimos 10 anos” (p. 294), especialmente apresentando dados desagregados sobre o analfabetismo. Necessidade de qualificar a análise da oferta de equipamentos educacionais para o ensino médio (p. 301), considerando que há regiões significativas da cidade que não tem este tipo de equipamento disponível (ex. Alexandre Zácchia). **PARECER:** Considerando a contribuição apresentada as informações de população fora da escola foram consideradas de acordo com os dados do Censo do IBGE de 2010, sendo feita a comparação com os dados contidos no Plano Municipal de Educação, constatando-se que não há divergência entre os mesmos. Quanto a frequência à escola da população de 6 a 14 anos, o documento apresenta os dados, onde 97,26% dessa população frequenta a escola de ensino fundamental, o que sustenta essa afirmação. Quanto aos dados de taxas de analfabetismo, acrescenta-se as informações com dados do Censo do IBGE de 2010, conforme apresentado abaixo. Quanto às escolas de ensino médio, foram mapeadas as escolas existentes, que são competência do Estado, sendo possível a análise das carências existentes. Além disso, os dados considerados na análise sobre a educação infantil tratavam das crianças que frequentavam a escola com idade de 0 a 5 anos, mas como a idade obrigatória de oferta de educação básica obrigatória e gratuita a partir dos 4 anos de idade, é necessária a complementação da documentação com os dados da população na fixa etária entre 4 e 5 anos. Foi sugerido inserir a complementação de informações nos parágrafos mencionados: De forma geral a população do município mantém níveis educacionais de maior qualidade que a média do estado e tem reduzido a taxa de analfabetismo nos últimos 10 anos, onde em 2010, conforme dados do Censo do

IBGE, 3,58% da população do município com 15 anos ou mais não sabe ler nem escrever um bilhete simples, conforme figura 2.7.X, abaixo dos índices do Rio Grande do Sul e do Brasil.

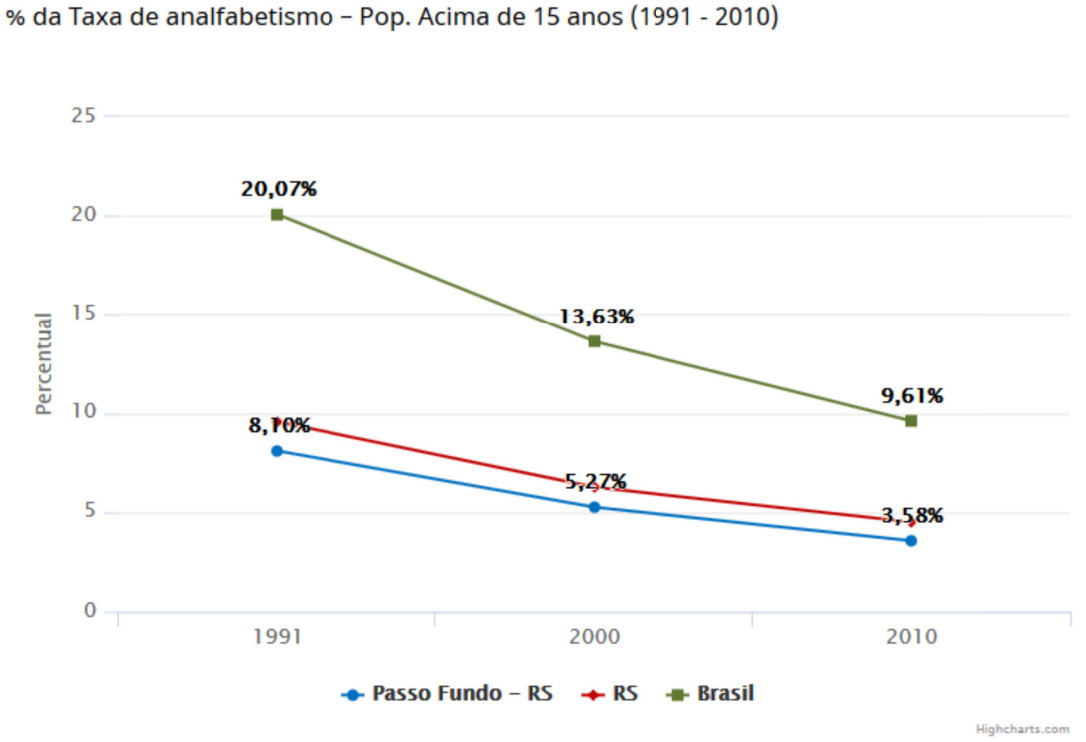

Figura 2.7.X: Taxa de Analfabetismo
Fonte: Datapedia

As 37 EMEI's atenderam um total de 4.587 crianças em 2017, conforme Censo Escolar da Educação Básica, sendo 2.021 crianças de 0 a 3 anos e 2.566 crianças entre 4 e 5 anos (idade obrigatória de frequência à escola e objeto deste diagnóstico). Destas escolas de educação infantil, quatro delas funcionam em imóveis alugados, atendendo 423 crianças, sendo 332 na pré-escola, ou seja, entre 4 e 5 anos: EMEI Branca de Neve, localizada no setor 11, regional leste, com uma taxa de atendimento de 135 crianças em 2017 de acordo com a SME, sendo 118 entre 4 e 5 anos; EMEI Toquinho de Gente, localizada no setor 14, regional sul, com uma taxa de atendimento de 92 crianças em 2017 de acordo com a SME, sendo 59 entre 4 e 5 anos; EMEI Vovó Nelly, localizada no setor 07, regional sul, com uma taxa de atendimento de 100 crianças em 2017 de acordo com a SME, sendo 76 entre 4 e 5 anos e EMEI Santa Terezinha, localizada no setor 22, regional oeste, com uma taxa de atendimento de 96 crianças em 2017 conforme dados da SME, sendo 79 entre 4 e 5 anos. Além dessas, a EMEI Padre Alcides Guareschi, localizada no setor 10, regional norte, iniciou o funcionamento no final de 2017, com previsão de atendimento de 200 crianças também utiliza imóvel alugado. Quando consideramos a rede particular, há oferta de educação infantil em 41 escolas, que atenderam 3.578 crianças em 2017, conforme Censo Escolar da Educação Básica, sendo 1.818 crianças na faixa etária entre 4 e 5 anos. Considerando os dados do CENSO do IBGE 2010, somente 5.951 crianças frequentavam a escola de educação infantil, sendo 3.244 crianças entre 4 e 5 anos. Mas, conforme os dados do Censo Escolar da Educação Básica em 2017, 8.165 frequentavam a escola, sendo 4.384 crianças entre 4 e 5 anos, assim pode-se considerar que a oferta de vagas aumentou nesse período. Utilizando-se como referência os dados disponibilizados pelo Censo Escolar da Educação Básica de 2017, onde 8.165 crianças frequentavam a escola de educação infantil, 56,18% das crianças são atendidas pela rede municipal de ensino e 43,82% das crianças são atendidas pela rede particular de ensino. Considerando somente as crianças atendidas pela pré-escola (4.384 pessoas), faixa etária obrigatória de frequentar a escola, 58,53% foram atendidas pela rede municipal

e 41,47% foram atendidas pela rede particular de ensino. Não houve inscrição para comentar sobre o item. Após a leitura, foi aberto votação, tendo sido aprovado por ampla maioria a inserção do texto e da figura. O quinto item **2.7.2. EQUIPAMENTOS DE SAÚDE 01)** Sugere-se qualificar a argumentação para sustentar a afirmação constante do parágrafo "Importante salientar que os programas de atendimento à saúde básica definidos pelo Ministério da Saúde sofreram mudanças, de forma que os ambulatórios existentes não estão em conformidade com as normas vigentes e não apresentam potencial de adequação a elas. Com isso, a diretriz que está sendo seguida pela Secretaria Municipal de Saúde e foi adotada neste diagnóstico é a substituição destes equipamentos por novas UBS" (p. 308). **PARECER:** Considerando a contribuição apresentada, o Núcleo Técnico acrescenta informações de acordo texto apresentado abaixo: Importante salientar que os programas de atendimento à saúde básica definidos pelo Ministério da Saúde sofreram mudanças, de forma que os ambulatórios existentes não estão em conformidade com as normas vigentes e não apresentam potencial de adequação a elas, por não possuírem espaço físico para atender ao programa de necessidades das Unidades Básicas de Saúde. Com isso, a diretriz que está sendo seguida pela Secretaria Municipal de Saúde e foi adotada neste diagnóstico é a substituição destes equipamentos por novas UBS. Não houve inscrição para comentar sobre o item. Após a leitura, foi aberto votação, tendo sido aprovado por ampla maioria a inserção do texto. O sexto item **2.9.5. OS INSTRUMENTOS DO ESTATUTO DA CIDADE – VIGENTES NO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO 01)** É apresentado um diagnóstico da efetivação do instrumento "direito de construir", com dados quantitativos; sugerimos a realização de diagnóstico idêntico em relação ao instrumento IPTU progressivo (Lei Complementar n.º 370, de 15 de outubro de 2014 – p. 365 do diagnóstico). Este diagnóstico é importante para análise da eficácia do PDDI no tocante a função social da propriedade e para posterior apresentação de propostas que supram as lacunas e deficiências apontadas pelo diagnóstico na análise do instrumento. Observa-se uma quebra de informações entre as páginas 364 e 365, sendo que o Quadro 2.9.2 parece tratar de assunto diferente daquele enunciado no título do subitem. Todos esses dados são relevantes para a etapa de diagnóstico, haja vista que o diagnóstico deve apresentar grandes questões relevantes para o planejamento urbano e que tem impedido a efetivação do direito à cidade estabelecido pelo PDDI, as quais embasarão proposições nas etapas posteriores do processo de revisão do plano. **PARECER:** Considerando a contribuição apresentada, o Núcleo Técnico acrescenta o texto: O quadro 2.9.2: Prédios tombados/estado de conservação apresenta os imóveis tombados de acordo com a Lei Municipal n.º 2.997, de 06 de janeiro de 1995, demonstrando a implementação da referida lei. Não houve inscrição para comentar sobre o item. Após a leitura, foi aberto votação, tendo sido aprovado por ampla maioria a inserção do texto. Terminada a votação das proposições, a Secretária solicitou aprovação do documento do diagnóstico feito pelo Núcleo Técnico. Foi colocada em votação a aprovação do documento do Diagnóstico do Município de Passo Fundo para Revisão do Plano Diretor que foi aprovado por ampla maioria dos presentes. Após a aprovação foram chamados os inscritos para manifestações. Houve 09 (nove) inscritos. O primeiro inscrito foi Adroaldo Pandolfo que deu parabéns pela equipe pelo documento e sugeriu que o arquivo de dowload fosse dividido em partes para facilitar a leitura. Foi solicitado a disponibilização dos formulários, para participação, principalmente da Audiência Pública. Foi sugerido que na página 123, que fala das Zonas de Uso Especial, que no parágrafo da linha 07 a linha 13 e da linha 14 a 17 tem a mesma redação. Com relação aos encaminhamentos, principalmente com relação à questão da água, foi citado com relação ao Plano Ambiental, o município não tem Plano Ambiental e sim Plano Municipal de Saneamento Básico. Com relação a retirada de água deve ser especificada dentro do Plano Municipal de Saneamento Básico. O segundo inscrito foi Marcos Gerhardt, representante da Cresol, sugere quanto à apresentação do patrimônio ambiental, lembra que se trata de um plano integrado e foi apresentado apenas o patrimônio ambiental urbano. A sugestão é que se inclua o patrimônio ambiental de modo geral (de todo o município). No caso de florestas, nas áreas rurais os remanescentes de florestas são muito maiores do que as áreas já demarcadas e tombadas ou transformadas em parque. Como exemplo foram citados a Zona de Produção Agrofamiliar, que tem pelo menos várias áreas muito grandes, uma delas com 100 hectares, que são áreas privadas cujo proprietários, fazem questão de conservar. Tem outra área, não tão grande quanto a anterior, mas que são cuidadas pelos proprietários e são tratadas por todos

os moradores da região como patrimônio ambiental porque abriga a fauna e principalmente porque faz com que os recursos hídricos se tornem mais abundantes na forma de nascentes e também no aporte, na inclusão de água na bacia do Rio Jacuí. Ou seja temos uma área de nascente que é necessário proteger, há um grande acréscimo de água ao Rio Jacuí quando ele passa por Vila Colussi e São Brás, porque ali há muita água sendo reunida por esta floresta. Igualmente a fauna silvestre está muito presente nesta área. O terceiro inscrito foi Greice Serafini que falou sobre a questão de mobilidade urbana. foi citado que durante as oficinas houve muito cuidado com a questão da mobilidade urbana como acessibilidade, que abrange a questão das calçadas, a necessidade de uma secretaria de cuide especificamente do transporte, com fraldários e melhores instalações. Foi citado que houve uma licitação para transporte público, porém no edital estas questões não foram para licitação. Nos próximos dias deve ocorrer nova licitação, mas percebe-se que algumas questões continuam não sendo contempladas. Estes itens foram votadas nas oficinas, foram feitos apontamentos, inclusive verificando os pontos de captação de água, sustentabilidade da região central com aproveitamento de água, questões de acessibilidade, da qualidade do asfalto, quais as ruas que devem ter calçamento, quais as ruas devem ter asfalto. Toda uma questão ecológica, questão de tráfego, questão da faixa exclusiva dos corredores de ônibus. Todas foram trabalhadas na licitação do transporte e são problemas de infraestrutura e estão há anos sem terem sido resolvidas e não foi citado a captação de recursos para melhoria destas condições. Foi perguntado se na aprovação do Diagnóstico hoje, estas questões ainda poderão ser inseridas, pois se forem analisados as leis do transporte, leis municipais, estatuto das cidades e o que se fala hoje sobre transporte, está faltando incluir muita coisa e poderá dar problemas no futuro. Foi citado que não se falou em política pública de habitação, pois onde se tem invasões tem toda uma questão de saneamento, nascimento de crianças, falta de escolas. É muito importante colocar questões de políticas públicas de moradia municipal lincado com as questões ambientais e com a questão sustentável. Foi dito que tudo dito hoje, o que for questão de diagnóstico será colocado, o que for questão de proposições será colocado na próxima etapa. O quarto inscrito foi Ivanir Campana falou sobre mobilidade urbana, ele disse não concordar com o relatado na apresentação sobre as calçadas, que as condições das calçadas são péssimas. No centro as calçadas são razoáveis, mas nos bairros não existem. Os passeios públicos de Passo Fundo precisam de fiscalização mais completa. Foi dado o exemplo da dificuldade de locomoção em cadeira de rodas no centro da cidade, pois saindo da Avenida Brasil as calçadas não respeitam a legislação de acessibilidade. Falou que é necessária a formação de uma equipe de fiscalização de mobilidade urbana em Passo Fundo. É necessário procurar saídas de garagem para conseguir sair das calçadas, sendo necessário transitar pelas ruas no meio dos carros até o destino. Pediu que seja dado mais atenção aos bairros e vilas. O quinto inscrito foi Vereador Marcio Patussi, disse que foi observado que nos itens 2.2 (Meio Ambiente) e 2.3 (Ocupação do Território) foram acolhidas algumas sugestões da região sul e vergueiro. Teve discussão de moradores com relação à verticalização, em relação á alteração e permissão de novos usos (novos comércios). Dentro da viabilidade legal tem de ver a permissão de novos usos. Diz que o Núcleo Técnico aprovou, mas fica condicionado à uma próxima etapa da Revisão do Plano Diretor. Foi explicado pela secretária que este assunto não pode ser aprovado agora. Patussi questionou se esta próxima etapa já tem data definida? Foi respondido que deve ser iniciada na segunda quinzena de fevereiro/2019. E nesta etapa será discutido o uso do solo em toda cidade. A secretária reafirmou que a Etapa 03 são proposições e terão 11 oficinas temáticas, sendo uma delas sobre uso do solo, onde serão discutidas as propostas de alteração de uso de toda cidade, inclusive a Vergueiro. Na finalização da Etapa 03 também irá ocorrer nova Audiência Pública para aprovação. O sexto inscrito foi Ana Carolina Tres Buhler, que falou sobre habitação e ocupações. Foi questionado quanto ao que foi dito sobre os dados utilizados com base no Estatuto da Cidade. Foi dito que os dados são do IBGE 2010. Que os dados são de quase 10 anos atrás e estão desatualizados. Tem de ser verificado qual é o objetivo do Plano Diretor. Se é diminuir as desigualdades sociais e aumentar a acessibilidade para que a cidade seja de todos. Se a cidade deve ser de todos, deverá ter energia elétrica, pavimentação, água, conforto nas residências para proporcionar inserção das pessoas na sociedade. Partindo de dados de 2010 para a data atual essa inserção será inviável. Quanto ao número de ocupações, por mais que seja um dado dinâmico é

importante e significativo a precisão dos dados para questões de inserção social. Foi colocado sobre a ocupação do Beira Trilho (maior ocupação de Passo Fundo), há uma decisão da Procuradoria da República , que ajuizou uma ação para que estas pessoas fosse reintegrada e a situação fosse regularizada e acha importante ser colocada esta informação, pois é um impacto de mais de 1.600 famílias. Foi levantada a informação que em grande parte dos casos as ocupações estão localizadas em áreas de preservação permanente, ou em áreas de risco ocasionando outros conflitos sociais ou ambientais. Disse que esta frase foi colocada ao longo do texto três vezes e acha fundamental colocar que tem ocupações que estão localizadas em Zona Especial de Interesse Social, que significa que esta área é para pessoas de baixa renda. Existem vários programas habitacionais por faixa de renda, mas são rendas mais altas, mas que não existe um programa para faixa de renda que contemple as pessoas que vivem em ocupações. O município tem de verificar onde está falhando em atender esta faixa. O sétimo inscrito foi Ivan Manfroi presidente do SINCOGÊNEROS. Falou sobre o Bairro Petrópolis e Avenida Rui Barbosa. Foi dito que a Avenida Rui Barbosa não tem ligação com o resto da cidade, não tem comércio forte e precisa ter uma utilidade definida, sendo necessária a ligação desta avenida com o centro da cidade. Tem partes da avenida em que o Plano Diretor é diferente em cada parte, mesmo próximas (esquinas). Foi solicitado análise de toda extensão da Rui Barbosa, pois é muito carente de novos investimentos. O oitavo inscrito foi Vera Lúcia Siqueira do bairro Vera Cruz, solicitou qual é o critério para aluguel de locais para instalação de ambulatórios, se é pelo espaço físico, pelo preço. Falou também da Avenida Moacir da Motta Fortes, que até o viaduto tem calçamento, a partir do viaduto não possui mais calçamento nem faixa de segurança, o que causa bastante acidente. Foi dito que esta é uma área esquecida. Falta de drenagem, de equipamentos sociais. Foi dito que os pedidos na prefeitura tem demorado para ser resolvido. O nono inscrito foi Baidjir Buaes, representante da associação de moradores da Vergueiro. Falou sobre os usos e ocupação do solo apresentada. Foi salientado que a mudança está sendo feita com base no Estatuto da Cidade. Falou sobre as colocações de pessoas que não residem na localidade. Que identificou coisas diversas do que os moradores sentem. Quer saber se quando estiver na fase propositiva, quem irá fazer o levantamento são as pessoas que residem no bairro. Foi respondido que a construção da próxima etapa é coletiva, haverá debate sobre o uso do solo de forma geral, tanto urbana quanto rural. As oficinas serão marcadas por tema e serão debatidos questões gerais sobre o município e pode ser incluído a questão da vergueiro. Não tem como restringir o debate apenas para os moradores da região, toda população que estiver presente no dia do debate tem direito de opinar sobre toda cidade, inclusive a Vergueiro. Na primeira oficina da fase propositiva, a idéia é debater e definir a construção das diretrizes das propostas dos usos do solo. Depois das oficinas será realizado um Seminário (sequência de audiências). Neste seminário será pactuado quais são as diretrizes de uso do solo que virarão lei na Etapa 04. Foi lembrado que o Seminário da cidade é aberto e todos poderão votar e depois no texto da lei os delegados votam. É importante a participação de todos pois todas as pessoas opinam sobre toda a cidade. Nas Oficinas propositivas a prefeitura não levará proposta, será levado vídeo ou palestrante que irá falar sobre o tema e terá uma dinâmica com a população para ouvir as propostas. Depois as propostas serão organizadas, analisadas tecnicamente e levadas para o Seminário da Cidade e aprovada. Baidjir disse que esta preocupação é devido a um dado de que apenas 5% das zonas do município são exclusivamente residenciais e no momento de uma modificação ficaria um índice muito menor que este, além foi colocado de forma pejorativa que na Vergueiro existem apenas casas antigas e os proprietários querem vender. Foi respondido que esta contribuição não entrou no diagnóstico. Baidjir pensa que o bem estar da localidade deve ser verificada pelos proprietários e não por pessoas estranhas ao local e que queiram apenas investir. Foi perguntado sobre os terrenos foreiros. Foi respondido que a propriedade da terra não será discutido. O Plano Diretor discute apenas a organização do território. Foi agradecido todos que estiveram presentes e ao Núcleo Técnico. A reunião encerrou-se às vinte uma horas e quarenta e cinco minutos.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE É CUIDAR DAS PESSOAS.

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

LISTA PRESENÇA
ASSEMBLÉIA DE APROVAÇÃO DO DIAGNÓSTICO - ETAPA 02
15/01/2019 - AUDITÓRIO DA FACULDADE DE MEDICINA UFFS

	NOME	ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	ENTIDADE	ASSINATURA
1	Dayane + Jacob.	dayo.f@hotmail.com	99104-9021		
2	UBIRATAN ORO	UZORO@YAHOO.COM.BR	99981.4708	CMDI	
3	Ricardo Mattos	rjmattos@bol.com.br	99664-5524	SDE	
4	Alisson Genafico	alisson_genafico@hotmail.com	99375 3638		
5	Marlize Britto	malizeb@gmail.com	99983-2274		
6	JOLAIR P. SALLES	JOLAIRSALLES@HOTMAIL.COM	35378076	CREC.	
7	Muriel Zanatto	muriel.z@pmpf.rs.gov.br	999593560	SMS	
8	Marina Borowski	marinaz@pmpf	9627 7730	IPPASSO	
9	Marielen Califari	MARIELEN@PMPF.RS.GOV.BR	992398778	SEPLAM	
10	Maria Helena K. dos N. Fragomeni	mariahknf@yahoo.com.br	999917835B		

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE É CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

LISTA PRESENÇA
ASSEMBLÉIA DE APROVAÇÃO DO DIAGNÓSTICO - ETAPA 02
15/01/2019 - AUDITÓRIO DA FACULDADE DE MEDICINA UFFS

	NOME	ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	ENTIDADE	ASSINATURA
1	Djovan Carvalho	djovan@gmail.com	992026854	IHPF	[illegible]
2	Maria Cristina Rodrigues	MCristie	991079744	Verqueiro	MCristina
3	Ekaterina R. Fogaça	kaka.fogaca@hotmail.com	999693898	Verqueiro	[illegible]
4	Luis Henrique Brack	luisbrack@live.com	54 981372912	Jardim América	[illegible]
5	Mateus B. Del Rio	delriomateus@gmail.com	54 996051838	ouvinte	[illegible]
6	PAULO CESAR CALETTI	CALETTIPAULOCESAR@GMAIL.COM	98427-6470	PMPF-SEHAB	[illegible]
7	Victor Hugo Carrão	vhcarrao@gmail.com	999911109	Eng. Agrônomo	[illegible]
8	PAULO F. O. CORNELIO	PAULO-CORNELIO@SAUDE.RS.GOV.BR	99998.5041	GESP	[illegible]
9	João A. [illegible]	joao51@bol.com.br	33118877	Orla RS	[illegible]
10	Kelly S. Araújo	nutricionistakelly@yahoo.com.br	98117-7942	SME	[illegible]

LISTA PRESENÇA
ASSEMBLÉIA DE APROVAÇÃO DO DIAGNÓSTICO - ETAPA 02
15/01/2019 - AUDITÓRIO DA FACULDADE DE MEDICINA UFFS

	NOME	ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	ENTIDADE	ASSINATURA
1	Emerson Arebs			COMPEDE	[signature]
2	Marguile Lagni		999915152	COMUNIDADE SÃO BRAZ	[signature]
3	Andreia Stobbe			Cidadania	[signature]
4	ROGER T. BORGES		991277954	ABCS	[signature]
5	JOSENÍRA FERREIRA	josenayra@gmail.com		Coord. Igualdade Racial	[signature]
6	LEANDRO VIZZANI		96607237	PMPF	[signature]
7	Jessica Sommeni Gomin		(51)998271684	SMS	[signature]
8	Luiz S. de Gopes		54/991153114	Cresol	[signature]
9	Carla Campana		999789144	SMS	[signature]
10	Monica P. Matte	mmmatte@terra.com.br	999818852	Neurocentro	[signature]

LISTA PRESENÇA
ASSEMBLÉIA DE APROVAÇÃO DO DIAGNÓSTICO - ETAPA 02
15/01/2019 - AUDITÓRIO DA FACULDADE DE MEDICINA UFFS

	NOME	ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	ENTIDADE	ASSINATURA
1	Cristiane da Silva Barbos		92446430	São luiz gonzaga	
2	Gilmar Duarte Dias		91344350	11	
3	André Ferreira		91642873	11	
4	Felipe Dalpaz	felipepd@pmpf.	999090322	Prefeitura	
5	Izair Salete Borile	sme@pmpf	99841003	SME	
6	Janaina Capalbri	janainacs@pmpf	999537701	SE	
7	Thiago Capuano	thiago.capuano@gmail.com	991093986	UHMPAF	
8	Diego Lemos	diegobernardilemos@hotmail.com	984044519	OAB	
9	Rosane Rezende		991770265	EEI Penedor Chamosa	
10	Antonio Bortolotti			SECRINT	

LISTA PRESENÇA
ASSEMBLÉIA DE APROVAÇÃO DO DIAGNÓSTICO - ETAPA 02
15/01/2019 - AUDITÓRIO DA FACULDADE DE MEDICINA UFFS

	NOME	ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	ENTIDADE	ASSINATURA
1	Alexei W. B. Fogaça	alexei-RF @hotmail.com	(51) 3-5337-5334		Alexei [assinatura]
2	Viviane Scandolara	vivianescandolara @bol.com.br	54-991425774	SME	Viviane Scandolara [assinatura]
3	ELENIR CHAPUIS	elenirca@pmpf.rs.gov.br	984098088	Demes	[assinatura]
4	CARLOS DAMIANI	TEATRO MUNICIPAL @ PMPF.RS.GOV.BR	99609-6517	SEDEC	[assinatura]
5	LEONIR JOÃO GASPERIN JR	OUVIDORIA @ PMPF.RS.GOV.BR	984333338	SETEC	Gasperin [assinatura]
6	Glauco Polita	glauco@pmpf.rs.gov.br	99581-2805	SMAM	[assinatura]
7	Rubens [illegible]	[illegible]@pmpf.rs.gov.br	99658430	SEG.	[assinatura]
8	Joane A. Andreolla	joaneandreolla@ uber.com.br	999877298	Gerdau Norte	[assinatura]
9	Sergio Walter	swalter@hotmail.com	999441247	APADO	Sergio Walter [assinatura]
10	Adair Carolina Kis	adrkis@hot	98404-9861		

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE
É CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

LISTA PRESENÇA
ASSEMBLÉIA DE APROVAÇÃO DO DIAGNÓSTICO - ETAPA 02
15/01/2019 - AUDITÓRIO DA FACULDADE DE MEDICINA UFFS

	NOME	ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	ENTIDADE	ASSINATURA
1	Marlia Odel Omadi	MDDENARDIN@GMAIL.COM	54 993337710	Vergueiro/Centro	[illegible]
2	Odilair Dal Pra	odilair@uol.com.br	11.989551263	Próprio	[illegible]
3	Mirian Carasek.	[illegible]			[illegible]
4	Rosa Mª L. Kalil	ava.rosekalil@gmail.com		UPF	[illegible]
5	Ramadan Kalil	[illegible]		ID	[illegible]
6	Clayton Padilha	claytonpadilha@[illegible]gmail.com	5498102-1950	Secretária Finança	[illegible]
7	Larissa de Rezende			SEPLAN	Larissa Rezende
8	Altair Martins	altairs@pmpf...	99961 2999	Secrint	[illegible]
9	Patrícia Jarri	patricia@pmpf.rs.gov	99153-7606	SME	[illegible]
10	Cristiam Thans	cristiamthans@yahoo.com.br	99977 4021	STS 6	[illegible]

LISTA PRESENÇA
ASSEMBLÉIA DE APROVAÇÃO DO DIAGNÓSTICO - ETAPA 02
15/01/2019 - AUDITÓRIO DA FACULDADE DE MEDICINA UFFS

	NOME	ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	ENTIDADE	ASSINATURA
1	LEANDRO CANAL BONFANTE	leandro.dikopf@gmail.com	54 999290243	LUCAS ARAUJO	[signature]
2	MARCO PATUSSI	PATUSSI@UPF.BR			[signature]
3	LUIZ GIACOMINI	LUIZ@BSGE.COM.BR	99981 5059	SINDUSCON	[signature]
4	Carla B C. Gonçalves	carlac@pmpf.rs.gov.br		SMS-PF	[signature]
5	Wilson Lill	wilsonp@pmpf...	99774459	SEMCAS	[signature]
6	Adroaldo Leão Souto	[illegible]			[signature]
7	Josby Paúl	"	"		[signature]
8	Lindaiara Pozza	linda[illegible]@gmail.com	54 98118 0060	SEDEC	[signature]
9	[illegible]	marcelo@pmpf.rs.gov.br		SOF	[signature]
10	Regina Guimarães			SEPLAN	[signature]

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE É CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

LISTA PRESENÇA
ASSEMBLÉIA DE APROVAÇÃO DO DIAGNÓSTICO - ETAPA 02
15/01/2019 - AUDITÓRIO DA FACULDADE DE MEDICINA UFFS

	NOME	ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	ENTIDADE	ASSINATURA
1	César A Sandi	Mapp Diversa	98115-8918		[signature]
2	João Valmi		99912-2517		[signature]
3	CRISTIANO BASSO	ADM@CONSTRUTORAVNA.COM.BR	98119-4241	VILA RODRIGUES	[signature]
4	BAIDJIR BUAES	bbuaes@buaesadvocacia.com.br	54 999094661	CENTRO	[signature]
5	Gabriela Angus	gabrielaes@pmpf.rs.gov.br	996185347	PMPF	[signature]
6	GLAUCIO L. SGANZERLA	GLAUCIOLUIZ@HOTMAIL.COM.BR	981130860	—	[signature]
7	DORLEI F NAFFA	dorleinc@pmpf.rs.gov.br	991181953	PMP	[signature]
8	Clausa M. Kojanoski e Silva	clausa.kojanoski@yahoo.com	99996-6327	GAYA	[signature]
9					
10	RUBENI ASTOIR	RUBENIA@PMPF.RS.GOV.BR	991968036	SMAN	[signature]

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE É CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

LISTA PRESENÇA
ASSEMBLÉIA DE APROVAÇÃO DO DIAGNÓSTICO - ETAPA 02
15/01/2019 - AUDITÓRIO DA FACULDADE DE MEDICINA UFFS

	NOME	ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	ENTIDADE	ASSINATURA
1	LUIZ GALBARI DA SILVA	LUIZGALBARI@gmail.com	999941946	SEG	
2	CESAR AUGUSTO H. PIRES	CalpiresOupf.br	9998J-5276	ASVD NOVO CONTRO	
3	JOSÉ CARLOS ARRUDA	ARR. ZECA ARRUDA @gmail.com	981419543	SERAN PMPF	
4	FERNANDA X. THEIS	FERNANDA x o HOTMAIL.COM	3312-3656	SEDEC	
5	LUIZ PAULO FRAGOMENI	LPFRAGOMENI@GMAIL.COM	999984374	BAIRRO VERGUEIRO	
6					
7					
8					
9					
10					

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE É CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

LISTA PRESENÇA
ASSEMBLÉIA DE APROVAÇÃO DO DIAGNÓSTICO - ETAPA 02
15/01/2019 - AUDITÓRIO DA FACULDADE DE MEDICINA UFFS

	NOME	ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	ENTIDADE	ASSINATURA
1	Ireno [illegible]		99982148	Prefeitura	
2	Bodanezi		991179695	Vergueiro	
3	EDGAR BODANEZI		991757889	VERGUEIRO	
4	Ireno J. de Britto		999833373	Vergueiro	
5	Rujani Degala			Prefeitura	
6	HENRIQUE FONSECA		99963779	PREFEITURA	
7	Valcionar Lara		9[illegible]54878	SEC. ESPORTES	
8	Danúbia Samara Machado		99161 0631	Casa da Mulher Semcas.	
9	ADROALDO PANDOLFO		999444613	DEL. BAIRRO STA TEREZ.	
10	RONALDO MOGNON		99998 3303		

LISTA PRESENÇA
ASSEMBLÉIA DE APROVAÇÃO DO DIAGNÓSTICO - ETAPA 02
15/01/2019 - AUDITÓRIO DA FACULDADE DE MEDICINA UFFS

	NOME	ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	ENTIDADE	ASSINATURA
1	Simone Siqueira	simoneev@gmail.com	999797311	SME	[illegible]
2	Jean Paulo Dacampo	jean_jdacampo@hotmail.com	996913919	-	Paulo Dacampo
3	GRANDES DA SILVA	degrandesilva@gmail	991518542	Ass. Moradores	[illegible]
4	Bruna Dal Agnol	bru_dalagnol@hotmail.com	991174884	SEHAB	[illegible]
5	Gizele Zanotto	gizele@upf.br	99628-1338	CMPC	GZ
6	Eliana J. de Zorzi	eliana@pmpf.rs.gov.br	997979413	SEAD/PMPF	[illegible]
7	Silvio Nus	silvio_bettin.lu	96775600	GARE	[illegible]
8	EDISON NUNES	edisonn@pmpf.rs.gov.br	999983298	PMPF	[illegible]
9	Roberto Ariotti	ROBERLA@RS.GOV.BR / pmpf	9812-1265	PMPF	[illegible]
10	Renato Leal M. Peixoto	RENATOLMPEIXOTO@GMAIL.COM	(21)980545777	SEPLAN	[illegible]

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE É CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

LISTA PRESENÇA
ASSEMBLÉIA DE APROVAÇÃO DO DIAGNÓSTICO - ETAPA 02
15/01/2019 - AUDITÓRIO DA FACULDADE DE MEDICINA UFFS

	NOME	ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	ENTIDADE	ASSINATURA
1	TAMARA DE F. ZMIESKI	[illegible]	999544006	SME	[illegible]
2	Elisângela A da Silva	[illegible]	991708198		[illegible]
3	BRUNO GALLINA	bruna.bg@hotmail.com	996566473	UPPRS	[illegible]
4	Diego José Rodell	[illegible]	99938-1881	HBCJ	[illegible]
5	Juliane Lozzari	juliane@pmpf.rs.gov.br	997151015	SEHAB	[illegible]
6	[illegible]		99944316		[illegible]
7	ADEMAR MARQUES	AGENDA21PASSOFUNDO@GMAIL.COM	99112.8029	AGENDA 21	[illegible]
8	Jeomine Alves	[illegible]	999023107	SEAD	[illegible]
9	Lein Dallacort	[illegible]	999427375	Parque Grace	Dallacort
10	Mariane Sganzerla	CUPCAKEDAMARI@YAHOO.COM.BR	98127-2527		[illegible]

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE É CUIDAR DAS PESSOAS

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

LISTA PRESENÇA
ASSEMBLÉIA DE APROVAÇÃO DO DIAGNÓSTICO - ETAPA 02
15/01/2019 - AUDITÓRIO DA FACULDADE DE MEDICINA UFFS

	NOME	ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	ENTIDADE	ASSINATURA
1	Maria de Lourdes Rosa	lurdes.s.rosa@hotmail	991454183	Vila Luiza	[signature]
2	Diego Romani Santos	diegoromanisantos@gmail.com	9996 6065	SEMCAS	[signature]
3	Marcos A. L. Frandoloso	frandoloso@upf.	99945 2323	Vergueiro	[signature]
4	JULIO REIS?	JULIO@HOTMAIL.COM	981398169		[signature]
5	CELSO L. DA SILVA	projetocentral@terra.com.br	33374.3515	FUNDAÇÃO LUCAS ARAUJO	[signature]
6	NORIMAR D. DENARDIN	noridenardin@gmail.com	999779123	VERGUEIRO	[signature]
7	José A. Teixeira	[illegible]@gmail.com	3714.8651	Centro	[signature]
8	Elisete Vivânia Zanfi	elisetez@pmpf.rs.gov	981420048	Centro/Sepla	[signature]
9	PAULO SEVERO	pauloseverо.arl	97775008	Seplan	[signature]
10	JAQUELINE CORAZZA	jaquelinea@pmpf.rs.gov.br	99681-9753	SEPLAN	[signature]

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE É CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

LISTA PRESENÇA
ASSEMBLÉIA DE APROVAÇÃO DO DIAGNÓSTICO - ETAPA 02
15/01/2019 - AUDITÓRIO DA FACULDADE DE MEDICINA UFFS

	NOME	ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	ENTIDADE	ASSINATURA
1	Pedro Almeida			Prefeitura	
2	Gustavo Heinrich			SEPLAN	
3	Gonçalo Pobre			SEPLAN	Gonçalo Pobre
4	Adelfo de Freitas			PGM	
5	Everton A. Rosa			SEHAB	
6	PABLO CUNA			SINDUSCON	
7	Elisa Lima			Prefeitura	
8				SEGURANÇA	
9	MARCOS GERHARDT	marcos@gerhardt.pro.br		CREA SOL	
10	Rafael Fontella				

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE E CUIDAR DAS PESSOAS

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

LISTA PRESENÇA
ASSEMBLÉIA DE APROVAÇÃO DO DIAGNÓSTICO - ETAPA 02
15/01/2019 - AUDITÓRIO DA FACULDADE DE MEDICINA UFFS

	NOME	ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	ENTIDADE	ASSINATURA
1	Marino Ioogaretto	marinoIoogaretto@hotmail.com	999830730	SMS	[illegible]
2	MARIO R. MATTE	MMMATTE@[illegible].com.BR	999926346		[illegible]
3	CARLA PORTAL VASCONCELLOS	carlaportal@upf.br	96282922	UPF	Carla Vasconcellos
4	Luiz Roberto M. Gosch	lrgosch@upf.br	996289266	CMDI	[illegible]
5	Graco Serafini Silva	dymserafini@hotmail.com	9 9159 0170	Vampf/SA	[illegible]
6	Helena Gorski Vrem			Delegada / Boqueirão	[illegible]
7	Marisa N. Constante	constantemarisa@yahoo.com.br	996848536	Bom (Int) Recreio	[illegible]
8	CELSO R DOS SANTOS	celsodossantos@yahoo.com	996246700	11	[illegible]
9	Ana Maria Leonhardt	anamarialeonhardt@hotmail.com	9.9124-1060	11	Ana Leonhardt
10	Ivan Manfroi	imanfroi@hotmail.com	999627640	Sinergênero	[illegible]

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE É CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

LISTA PRESENÇA
ASSEMBLÉIA DE APROVAÇÃO DO DIAGNÓSTICO - ETAPA 02
15/01/2019 - AUDITÓRIO DA FACULDADE DE MEDICINA UFFS

	NOME	ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	ENTIDADE	ASSINATURA
1	Fabiana Veronese	fabianavr@pmpf.rs.gov.br	(54)99119.0864	SME	[signature]
2	ANDRÉA MUSSI	ANDREA.MUSSI@IMED.EDU.BR	5499157-1090	IMED	Andréa Mussi
3	Yuri Rodrigo Santos	[illegible]@gmail.com	996331963	AMAC/UAMPF	[signature]
4	Morgana Figueiró		991430172		Morgana F. de Almeida
5	José Omar Silva Selero		996788961		José O S. Selero
6	EDUARDO ROSSATTO	ARQ.EDUARDORS@outlook.com	(54)9.9960.3656	AEAPF	[signature]
7	LUCIANO FORTES	fortescultura@gmail.com	91063236	PASSOVIVA	[signature]
8	Leonardo	dete180@[illegible]	(54)99931-3415	SDE	[signature]
9	ALEX NECKER	alexneckerbs@gmail.com	(54)999533432	VEREADOR	[signature]
10	ENÉIA VERDI	eneia@verdimoveis.com.br	999968942	ACISA	[signature]

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE E CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

LISTA PRESENÇA
ASSEMBLÉIA DE APROVAÇÃO DO DIAGNÓSTICO - ETAPA 02
15/01/2019 - AUDITÓRIO DA FACULDADE DE MEDICINA UFFS

	NOME	ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	ENTIDADE	ASSINATURA
1	Lara Martinuzzi Rosso	laramrosso@gmail.com	(54)99981-9410	SEPLAN	Lara Rosso
2	Carlos Eduardo L. da Silva	cadu.unilab@gmail.com	54 9 9998-1201	SDE	[illegible]
3	Vera Lucia Siqueira		999757874	1.º Centenário	[illegible]
4	Ivanir Campana			"	[illegible]
5	[illegible] Campana		996621654	"	[illegible]
6	João Henrique [illegible]			PMPF	[illegible]
7	Antonio Eloy Martins		999833431	1º Centenario	[illegible]
8	Fábio Waitchunas	[illegible]@hotmail.com	992022183	Sol. Centro	[illegible]
9	Janete Basso	janeteb@pmpf.rs.gov.br			JBasso
10	Carlos Leandro [illegible]	[illegible]	54999822008	[illegible]	[illegible]